

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A EDUCAÇÃO FEMININA E A CARIDADE EM MARIA AMÁLIA VAZ DE
CARVALHO - UMA PERSPECTIVA SOCIAL**

PRISCILA DA SILVA SANTANA RODRIGUES

Tese orientada pela Prof.^a Doutora Maria de Fátima Freitas Morna,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Românicos
/Especialização em Cultura Portuguesa.

2019

Índice

Resumo/ Abstract

Agradecimentos

Dedicatória

Introdução

Capítulo 1: Um breve percurso histórico

1.1 O assistencialismo social

1.2 A perspectiva assistencialista relativa à infância

Capítulo 2: “Um infanticídio” em *Chronicas de Valentina* e a representação da educação feminina

2.1 “Um infanticídio” em *Chronicas de Valentina* (1890)

2.2 A representação da educação feminina

Capítulo 3: Hibridismo sobre a noção da caridade: analogia e trânsitos

3.1 A noção de caridade versus Condição social

3.2 A caridade: analogias e trânsitos

Conclusão

Bibliografia

Resumo

RODRIGUES. Priscila da Silva Santana. A Educação Feminina e a Caridade em Maria Amália Vaz de Carvalho - Uma Perspectiva Social. 2019. Dissertação de Mestrado em Estudos Românicos com Especialização em Cultura Portuguesa. - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa/Portugal 2019.

Nesta dissertação procuraremos estudar, em algumas obras selecionadas de Maria Amália Vaz de Carvalho, a perspectiva social, a partir de duas das *Chronicas de Valentina*: “Um Infanticídio” e “O Hospital das Crianças e As Irmãs de Caridade”. Analisaremos através da problemática das injustiças sociais a condição da mulher que pratica tais crimes e a valorização das irmãs de caridade em detrimento da enfermeira venal para compreensão da solidariedade e do dever social como emancipação da humanidade.

Palavras-chave: Educação feminina, Infanticídio, Caridade e Perspectiva social.

Abstract

In this dissertation we will try to study, in selected works of Maria Amália Vaz de Carvalho, the social perspective, from two *Chronicles of Valentina*: "An Infanticide" and "The Children's Hospital and The Sisters of Charity". Through the problematic of social injustices, we will analyze the social condition of the woman who practices such crimes, and the value of the sisters of charity against the venal nurse, in order to understand solidarity and social duty as emancipation of humanity.

Keywords: Education women, Infanticide, Charity and Social Perspective,

Agradecimentos

A Deus que me deu força e coragem para enfrentar os desafios e vencer os obstáculos;

À minha mãe Waldelice Pinho, que nunca me deixou desistir nem tão pouco desanimar: mãe, muito obrigada, te amo!;

Aos meus irmãos Tarcísio e Taisa Santana, que sempre estiveram ao meu lado mesmo estando distantes geograficamente;

À minha vovó Zenade Pinho da Silva, que deixou um legado de integridade, fé, amor e perseverança que nunca será esquecido;

À Professora Doutora Maria de Fátima Freitas Morna por ter aceite a orientação e por ter sido um ombro em momentos difíceis, sempre disponível para ajudar. Agradeço todas as correções que sempre incentivaram a melhorar.

A todos os meus professores, que dedicam a sua vida generosamente compartilhando conhecimento. Muito Obrigado!

À Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras pela atribuição da bolsa durante todo o período de mestrado.

Ao Diogo e à Sofia que me auxiliaram em todo processo de candidatura e nos processos académicos.

Aos meus líderes espirituais pastor Wanderley e Aninha, e a toda a minha família Verbo da Vida Lisboa/Portugal.

Aos meus amigos que esta nação que tanto amo deu-me e que são lar para mim:

Ana Kelly. Obrigado por acolher-me no primeiro ano. Amiga e irmã.

Marcinha. Obrigado por sempre ouvir-me e cuidar de mim. Você é minha irmã para vida toda.

Maysa. Obrigado por ter aberto as portas da sua casa e pela alegria da sua amizade.

Débora. Obrigado por ser a irmã que o GBU deu-me.

À Martinha que ajudou-me a chegar na reta final deste trabalho.

Dedicatória

À minha família que desde o início incentivou-me acreditando no tempo que Deus preparou em minha vida me fazendo chegar até aqui.

Em face deste crime, por exemplo, se experimento a repulsão mais profunda, sinto igualmente imensa piedade pelo estado de animalidade inferior em que vejo submersa uma parte numerosa da minha espécie (...) e esta piedade que se universaliza ou se concentra, conforme se espalha pela terra inteira ou se aplica a um caso particular, entendo eu que todos a deviam sentir e que em nome dela todos deviam trabalhar para emancipação definitiva da alma humana (...).

Maria Amália Vaz de Carvalho, *Chronicas de Valentina*. 1890, p. 269-270.

Introdução

No presente estudo pretende-se essencialmente analisar a perspectiva social manifesta na obra *Chronicas de Valentina* da autoria de Maria Amália Vaz de Carvalho¹, sobretudo no que diz respeito a educação feminina e a caridade. Quando procuramos investigar sobre este tema nos debruçamos sobre desafios pelo fato de, ser difícil o acesso às obras da autora e por enfrentarmos críticas acerca da educação feminina defendida por Maria Amália Vaz de Carvalho.

Por esse motivo, queremos dar a conhecer a forma como Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) rompeu barreiras literárias, pois, sendo uma “escritora senhora”² não expressou somente uma intenção doutrinadora para a educação feminina mas, sobretudo, para a perspectiva social. Assim, este trabalho apresenta questões motivadoras que nos estimularam a investigar, descobrindo recortes na sua produção que dão destaque a problemas sociais.

¹ Cardoso, 1917, p. 83-84. “Sua excelência é filha de D.Maria Christina de Almeida e Albuquerque, senhora assás inteligente e culta e de José Vaz de Carvalho individualidade não menos distinta. A minha admiração pelo talento e vastíssimos conhecimentos que possui. Maria Amália Vaz de Carvalho é tanto maior quanto é certo que é notável escritora. [...]. Foi auxiliada pela sua grande inteligência e prodigiosa memória, lendo, lendo imenso, analisando, memorizando, fixando, que D. Maria Amália Vaz de Carvalho se transformou apreciadíssima e notável historiadora, jornalista, pedagoga e moralista, que nacionais e estrangeiros admiram e veneram. São de D. Maria O’ Neil as palavras que transcrevo, em seu folheto intitulado: *Uma Satisfação a Ex. Senhora Maria Amália Vaz de Carvalho*”. O seu olhar de águia penetrante e fino, educado ela na constante observação dos homens e das coisas. Abrange num relance os mais complicados problemas psicológicos e especulativos mas longe de se irritar e romper em justificada diatribe contra os erros e fraquezas da humanidade. O sorriso benévolo que lhe enfeita os lábios, demonstra que a experiência adquirida não lhe tornou severo o juízo ,nem duro o coração”.

² Belline, 1999, p.4. A expressão “escritora senhora” é usada por Ana Helena Cizotto Belline no “Dossiê: Literatura Feminina/ Júlia Lopes de Almeida e Maria Amália Vaz de Carvalho – Vozes femininas?”

Por exemplo, na obra *Chronicas de Valentina* (1890), Maria Amália Vaz de Carvalho relata um infanticídio provocando um diálogo com a sociedade acerca das injustiças sociais e será abordada uma “moderna transformação da caridade”³ (Carvalho,1890). Relacionado com este mesmo aspecto observamos a obra *Coisas D’Agora* (1912), na qual nos chama atenção, por exemplo, a crônica “As Irmãzinhas dos Pobres”. Além dessas, consideramos também a compilação *Um Feixe de Pennas* (1885) que surge com o objetivo de arrecadar valores financeiros para um asilo infantil. A sua inclusão no corpus deste trabalho justifica-se por enfatizar esta temática social não somente nos textos da autora como nos de outros colaboradores tais como o soneto “Berço vazio”, de Luiz Guimarães, e a narrativa de José Frederico Laranjo, “A caridade e a solidariedade social”. Encontraremos ainda a mesma ênfase na condição social das mulheres em outras obras, por exemplo, *Mulheres e Crianças: Notas sobre educação e costumes* (1886) e *Cartas a Luísa: Moral, educação e costumes* (1887) que para nós são destaques, estabelecendo um fio condutor e reforçando a investigação.

Procuramos, assim, conhecer como a perspectiva social, com enfoque na noção da caridade, se desenvolve, na análise da autora, a partir do espaço desajustado do cuidado da mãe incapaz, da própria sociedade, e do hospital como lugar social. Assim, dividimos o presente trabalho em três partes: a primeira é dedicada ao percurso histórico assistencial relativo à infância; a segunda debruça-se sobre a análise de relações levantadas pelo problema do infanticídio e da educação feminina; a terceira prende-se com a deslocação da noção de caridade para a institucionalização da assistência social.

³ “Moderna transformação da caridade” é a expressão utilizada por Maria Amália para evidenciar o lugar social das irmãs de caridade na sociedade portuguesa.

Maria Amália Vaz de Carvalho iniciou sua carreira em 1867. A educação das mulheres ainda se arrastava em direção ao reconhecimento deste direito, mas não da sua prática. Maria Amália Vaz de Carvalho estabeleceu-se no seu século por um confronto entre adorar o seu tempo e dizer mal dele. Julga-se a si mesma como “filha deste século até a medula dos ossos”, observa tais transformações pelo viés da incoerência e inconformidade. Sua escrita é consagrada aos interesses morais, sentimentais e intelectuais das mulheres.

Maria Amália tem seu nome dado a prêmios, a uma rua e uma escola⁴ em Lisboa. Em 12 de Março de 1874, casou com António Cândido Gonçalves Crespo (1846-1883) poeta, que viria a falecer em 11 de Junho de 1883, quando Maria Amália tinha apenas 36 anos. Viúva ficou com dois filhos menores e um mês depois daria à luz o seu terceiro filho, que viria a perder no parto.

Maria Amália Vaz de Carvalho foi a primeira mulher a entrar para Academia das Ciências de Lisboa. De acordo com Silva (1997)⁵, no pensamento, na formação da personalidade e na obra da escritora circulam o movimento das Luzes e a Revolução Francesa. Os ideais de autonomia, dignificação, moralização e culto da inteligência norteiam todo o foco da autora.

⁴ Flores, 2009, p.55. "et al". "Escreveu uma obra didática aprovada pelo conselho superior de instrução pública, para uso das escolas primárias de Portugal. Foi eleita sócia da Academia das Ciências de Lisboa em 1912, tem seu nome dado a uma rua e a um Liceu de Lisboa, além de ter sido distinguida com a ordem militar de Sant'Iago da Espada e ter seu nome dado a um prêmio anual para agraciar a melhor obra publicada no gênero literatura infantil. Assinou parte de sua obra com o pseudônimo de Valentina de Lucena".

⁵ Este trabalho iniciado em 1994 visava incentivar a criação de um arquivo literário do espólio da escritora: "O espólio de Maria Amália é rico de variantes quer pelos estilos literários praticados, quer pela correspondência epistolar que resume uma parte da história literária de Portugal quer pelo exemplo de abnegação e dedicação a variadas causas como sejam as da educação, dignificação da mulher, moralização da sociedade e afirmação da cidadania".

A atividade literária de Maria Amália não se remetia a um puro exercício formal, consistia numa atuação que transmitia convicções, compromissos e um contributo cívico: “Maria Amália é uma cronista da alma humana. Fala do homem, especificamente da mulher e da criança - com um enlevo de uma apaixonada por tudo o que uma alma encerra” (Silva, 1997, p.16). A escritora é uma observadora do que acontece ao seu redor especialmente atenta às ações, atitudes das mulheres e das crianças. É uma mãe que depois da morte do seu marido decide ser a única responsável pelo sustento dos seus filhos, e com isso levantou muitos preconceitos em sua época, rompendo estigmas e rótulos. Um desses estereótipos tinha a ver com a questão de viver da escrita, pois uma mulher naquela época sustentada desta forma seria considerada como uma mulher “perturbada pelo excesso de sentimento ou pensamento” (Silva, 1997,p.16).

Em sua produção literária extensa e variada, Maria Amália Vaz de Carvalho abrange a história, a poesia, o conto, e a crônica. Ademais, colaborou em muitos jornais e revistas portuguesas e brasileiros. Suas obras com destaque popular no século XIX são: *Uma Primavera de Mulher* (1867); *Vozes no Ermo* (1867); *Serões no Campo* (1877); *Mulheres e Crianças* (1880); *Contos e Fantasias* (1880); *Cartas a Luísa* (1886); *Alguns Homens do meu Tempo* (1889); *Chronicas de Valentina* (1890); *Pelo Mundo à Fora* (1889); *Cartas a uma Noiva* (1896); *A Arte de Viver em Sociedade* (1897); *Em Portugal e no Estrangeiro* (1899).

A obra de Maria Amália Vaz de Carvalho alcançou grande popularidade em Portugal em sua época, assim como no Brasil. A sua carreira é marcada pelas suas múltiplas leituras e observações dos acontecimentos ao seu redor. Não podemos deixar de registrar que a sua ascensão dá-se através da leitura pública do livro *Uma*

*Primavera de Mulher*⁶ que conquista apoio e promoção do renomado escritor Tomás Ribeiro.

As produções que abordaremos neste trabalho englobam aspectos que enfatizam a força persuasiva da sua escrita, caracterizada por um hibridismo discursivo marcado por sua personalidade crítica e posições ideológicas acerca do comportamento da mulher na sociedade. A problemática da obra está diretamente centrada no dever da mulher a ser cumprido, que não deve ser negociado.

Muitos foram os críticos contemporâneos de Maria Amália Vaz de Carvalho que, ao comentarem o papel da mulher e a educação feminina, citaram sua obra. Porém, as temáticas sociais como a infância e a caridade nas obras de Maria Amália Vaz de Carvalho não são comumente destacadas. Além disso, de modo unilateral, eles enfatizam com veemência a sua representação moralizadora da educação feminina a ponto de omitir sua inquietação acerca das injustiças sociais. É importante ressaltar que a escrita de Maria Amália Vaz de Carvalho passa por transformações ao longo do tempo.

O processo gradativo de emancipação feminina é visível, por exemplo, no periódico *A Mulher*⁷, no qual Maria Amália Vaz de Carvalho colaborou. Porém,

⁶ No dia 2 de fevereiro de 1867 o poeta Tomás Ribeiro foi cumprimentar Maria Amália pelo seu décimo nono aniversário. Diante de tantos elogios empregados seus pais e seus amigos organizaram um encontro em Pintéus para que se apresentasse formalmente a sociedade literária. Sendo assim, Maria Amália recitou o seu poema “*Uma Primavera de Mulher*”. Segundo Tomás Ribeiro este encontro inaugurou sua entrada no mundo das letras. Maria Amália tratou imediatamente da publicação do seu poema.

⁷ Roldão, 2013. No artigo digital intitulado “*A Mulher*” diz: “As colaboradoras são apenas 5 e, destas, apenas 3 publicam crônicas de crítica social, uma francesa e duas portuguesas: Olivia Telles de Menezes, Andrea Neyrand e Maria Amália Vaz de Carvalho. Os seus textos, os quais recomendamos para leitura atenta, focam os temas da educação, da instrução das mulheres e das primeiras noções sobre emancipação feminina [...]. Destacamos a colaboração da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho, com o título, explicado pela própria, *Sotto Voce* ou “a meia voz! Uma conversação que não tem pretensões a fazer-se ouvir longe [...], tudo se pode dizer deste modo [...] fantasia à qual para ser inquieta basta ser feminina como é.

inicia a sua carreira como poetisa e depois os seus escritos alcançam espaço em periódicos predominantemente masculinos.

A representação da infância e da caridade na produção de Maria Amália Vaz de Carvalho procura mostrar como o olhar crítico reflexivo da autora aponta para o direito dos órfãos, da criança e do pobre. Maria Amália é uma escritora que causa divergências até os dias de hoje. É comum encontrarmos uma grande quantidade de admiradores da sua obra e, na mesma proporção, ridicularizadores e críticos. Caminhamos nessa pesquisa por um período de tantas conquistas a favor da liberdade e emancipação da figura feminina, todavia, não é essa força de feminista que encontraremos na sua obra.

A autora sai em defesa da instrução da mulher para beneficiar a família e não para levantar uma bandeira em defesa do gênero, originando alguma desilusão junto dos leitores até aos dias de hoje. Segundo Muller (2012) a escrita literária feminina oitocentista tanto na Europa como no Brasil é cerceada pela moral. Os críticos estavam continuamente atentos ao que apresentasse bom exemplo de conduta. Assim, havia uma preocupação com o que as mulheres adquiriam como cultura, pois eram consideradas facilmente influenciadas e propensas à fantasia.

De fato, a formação da autora dá-se através deste ambiente. O que nos chama a atenção é a convicção com que toma para si a responsabilidade de cuidadora da intelectualidade feminina. Portanto, em nosso entendimento, esse cuidado alcança proporções que não se pensaria ao analisar as suas obras somente pela percepção

[...] Resta agora saber o que eu venho dizer a meia voz aos leitores da Mulher. Aos leitores nada! “Às leitoras tudo o que souber”.

histórica da sua época para o papel da mulher, mas principalmente por refletir necessidades sociais.

Relativamente à sua ascendência ilustre e ao facto da sua família ser proveniente da aristocracia, cria-se nas bases da escritora a apropriação de uma consciência de tutora da feminilidade. O progresso da condição da mulher na sociedade caminha pela sua escrita através de uma linguagem por vezes preconceituosa e marcada por uma concepção estereotipada que estabelece padrões e ditaduras marcadas por conceitos masculinizados que fazem parte da sociedade elitizada em geral.

Diante de uma educação feminina tão presa a estereótipos a autora destaca o estímulo ao aprendizado do pensar. Na obra *Cartas a Luísa*, Maria Amália destaca: “A primeira coisa que a mulher não aprende, e que devia aprender, é a pensar. Dominar o seu destino, julgá-lo, modificá-lo quando seja conveniente, eis uma faculdade que só podem ter as que raciocinam e as que sabem” (Carvalho, 1886,p.11).

Silva (1997), aponta um percurso na escrita de Maria Amália que apresenta três fases. A primeira nomeada como “juventude romântica”; a segunda apresenta uma escrita reflexiva, através de uma análise histórica investigativa, e tem presente a crítica social; e a terceira e última marcada por uma busca por equilíbrio para não ser anarquista, e que carrega, no entanto, um espírito revolucionário. A desilusão com o século, o ceticismo eminente, e os conflitos com a modernidade e a democracia perante o papel da mulher, ou seja, a fluidez do século, a relativização, e a desumanização do homem direccionaram a terceira e última fase da autora.

Capítulo 1. *Um breve percurso histórico.*

Iniciaremos a nossa dissertação com uma breve síntese histórica sobre o assistencialismo social. Neste âmbito propusemo-nos revisitar os pontos de vista abordados por Sá (1997) e Caldeira (2004) que percorrerão as múltiplas faces que o assistencialismo assumiu diante das necessidades e dos direitos infantis com destaque na Europa global.

Parece-nos clara a importância de discorrermos sobre as transformações que aconteceram no conceito da assistência social relativa à infância, devido à autora em apreço apresentar-se como “mulher, mãe, viúva, única responsável pelo sustento dos seus filhos” (Silva, 1997,p.16). Além disso, ela expressa em sua obra a indignação por crianças que não crescem com a oportunidade de ter cuidados inerentes às suas necessidades, e participa de saraus literários com intuito de prover recursos para asilos infantis, adequando a sua escrita a uma intervenção social. Maria Amália Vaz de Carvalho mantém sua atenção para a educação das mulheres e, como apêndice desta representação feminina, o seu olhar volta-se para as crianças ou os filhos desta geração.

A partir do século XV no império português os presos, os pobres, os pobres envergonhados, os doentes, os peregrinos, os enjeitados, as viúvas, as donzelas pobres, os órfãos e mães solteiras foram beneficiários de caridade. De acordo com as necessidades, também foram surgindo organizações que dessem conta de toda essa demanda, como por exemplo: albergarias destinadas aos peregrinos, hospitais, confrarias ou irmandades até o surgimento das Misericórdias que garantiram

competências universais e deram continuidade à caridade individual, davam esmolas, e desenvolviam relações pessoais com os beneficiários.

Já no século XVI, desejando disciplinar a caridade privada, se faz necessário impor regras, as cidades começam a crescer e desenvolverem-se, e cresce o número de mendigos e necessitados. Em contrapartida, as elites burguesas caminham através de debates e discussões, que começam a ganhar proporção, pois são elas que mais garantem o auxílio aos beneficiários. Com a contra reforma surgiram novas instituições, com a preocupação de reabilitar social e moralmente os indivíduos carentes. Surgem diretrizes que visam guardar a honra feminina. As donzelas seriam fechadas em abrigos somente para elas, onde seriam educadas, instruídas a serem boas donas de casa, até que aparecesse um pretendente para casar, e as tirasse dali como mulheres honradas e bem vistas pela sociedade.

Isabel dos Guimarães Sá (1997, p.64), refere-se ao “decretado em 1516 sobre o cuidado com a caridade aos que cometem crimes horrendos”. Para isso, vale a pena abordar o tratamento sobre a assistência aos encarcerados, pois tais necessitados passaram pelo percurso histórico de transformação sendo transportados da tutela das Confrarias para as Misericórdias, dois órgãos responsáveis pela caridade.

As Misericórdias assumem uma característica específica sobre o cuidado com os presos em relação à assistência no interior das prisões, o que equivale dizer que desencorajam a constituição das confrarias especializadas aos presos. Sendo assim, as Misericórdias vão ganhando uma responsabilidade tão mais ampla, ao ponto de se tornarem totalmente responsáveis pelos presos, desde o apoio logístico à condução, verificando-se o desfecho do processo crime a culminar com limpezas das prisões. As visitas aos presos ajudaram inclusive no processo de julgamento.

As prisões no século XVI consistiam em lugares onde se aguardavam as sentenças muitas vezes já com uma data para o julgamento, dado que os tribunais tinham interesse no encurtamento dos períodos de espera no interior das prisões.

As Confrarias e as Misericórdias tomavam para si a responsabilidade dos presos pobres, aproximando-os sempre, assim, as suas necessidades ao conceito religioso. Lopes afirma:

O pobre fora sacralizado por ser o agente passivo da salvação do rico. Existia para que o opulento se remisse. Mas também o rico se revestia de caráter sagrado porque era o agente ativo de Deus, um seu substituto. Era o rico, pelo correto desempenho da função atribuída por Deus, pelo protagonismo que lhe estava reservado, que possibilita a harmonia social. O relacionamento entre as duas categorias, pobres e ricos, e o seu equilíbrio dependia da prática da caridade, porque só ela permitia a comunhão social e espiritual. (Lopes, 2016. p.80)

Aspectos empregados neste âmbito ressaltam conceitos do mundo bíblico no qual podemos traçar paralelos com os percursos de transformações tanto na caridade como na assistência. Alves (1998,p.66) define as credenciais de abertura para o céu serem “as obras de piedade, características do Antigo Testamento e Novo Testamento, das quais não eram separáveis as virtudes da justiça e da caridade”.

Para nortearmos o processo discursivo de tais credenciais para herdar o Reino dos Céus citaremos a passagem bíblica. Evangelho segundo São Mateus referida pela bíblia dos Capuchinhos afirma:

Jesus disse ainda: Quando o filho do homem vier na sua glória, com todos os seus anjos, estará sentado no seu trono majestoso e todos os povos da terra se juntarão diante dele. Então ele há de separá-los uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas das cabras. Porá as ovelhas à sua direita e as cabras à sua esquerda. E dirá aos que estiverem à sua direita: “Venham, abençoados de meu pai”! Venham receber por herança o Reino que está preparado desde a criação do mundo. Por que tive fome e vocês deram-me de comer, tive sede e deram-me de beber, era um estrangeiro e hospedaram-me, andava nu e deram-me que vestir, estive doente e visitaram-me, estive na cadeia e foram lá ver-me. (Mateus 25.31-36)

No início do século XVIII parece-nos ser de extrema importância o cuidado pelo que sofre. Contudo, não podemos ignorar a presença do Estado como órgão responsável dividido por hierarquias e divisões do trabalho. Se pudermos identificar com precisão a ruptura na história da caridade, essa se encontra certamente segundo Sá (1997), entre as responsabilidades locais e o Estado Assistencial. Sendo que as responsabilidades locais estão ligadas diretamente à caridade muitas vezes pelo estímulo da cidade, vila, ou das próprias paróquias, já o Estado Assistencial é caracterizado pelo conceito do Direito.

Desta forma, o conceito de caridade no século XIX e o conceito de assistência que é a institucionalização da caridade, abrangem múltiplos serviços e justifica-se por uma transição que está diretamente ligada aos textos destacados de Maria Amália Vaz de Carvalho. Correlacionado por tais ideias apresentamos as que se deslocam do Antigo Testamento para o Novo Testamento, nomenclatura bíblica para designar aliança ou contrato. De antemão podemos dizer que o público alvo será o mesmo: órfãos, viúvas, estrangeiros e crianças que também podem ser incluídos na narrativa através do termo bíblico “pequenino”⁸.

⁸ O livro sagrado “Bíblia” traz na sua narrativa conceitos que envolvem o viver em sociedade. Dentre muitos, o conceito de humildade é atribuído através da expressão “pequenino” ou “menor”.

A caridade é usada como conceito advindo da religião, a qual mantinha um papel de liderança e uma forte presença nas atividades caritativas por toda a Europa.

Realizamos este breve percurso histórico por acreditar que os textos de Maria Amália estudados neste trabalho nos remetem a análise da condição social de crianças abandonadas como no caso do texto “Infanticídio”, ou mulheres que chegam à prática de crimes horrendos e são presas, idosos abandonados em asilos, relacionamos com a temática da caridade aqui estudada.

1.1 O assistencialismo social

De acordo com Sá (1997) o assistencialismo social pode ser caracterizado por um processo de evolução, ao percorrer caminhos que se configuram por uma multiplicidade de interpretações. Era comum pensar no assistencialismo como um sistema que se interiorizaria na mente humana, a ponto que a doação seria algo voluntário para qualquer cidadão. A investigação sobre a história da pobreza e da existência do pobre se alarga, os pobres deixam de ser tratados como uma massa anônima e passiva.

Maria Amália reflete sobre as diferenças do pobre economicamente, e do “pobre verme”, que é representado pela sociedade que não contesta os valores e os sistemas que estão sendo inseridos na educação feminina. A escritora trata de forma metafórica a expressão “entrar na vida” (Carvalho, 1886,p.63), ao dialogar com a atmosfera que influencia o comportamento das mulheres para construção da família.

A congruência entre a vida social suportada pelos costumes que deveriam ser adquiridos, e a posição de pensar a vida e sentir a vida internamente, refere-se às

crenças e valores internos que compõem a atmosfera ao redor da escritora. A duplicidade da vida arca com um tempo que se passa fora e um tempo que acontece dentro das mulheres. A apreensão das modas, o fascínio pelos salões, o luxo, que o século trazia com suas modernidades, era discernido pela escritora como uma vida social vazia, solúvel para a identidade feminina que afastava dos reais problemas que desestruturam a família.

Por exemplo, a liberdade expressava uma significação de rebeldia, e até ousadia. Para a autora, a “mulher deve lembrar que a família é a arca santa onde ela pode refugiar-se de todos os desastres. Purifiquemos, elevemos, e engrandecemos a família, e para isso eduquemos a mulher” (Carvalho, 1886, p.67).

Em traços gerais, as práticas de caridade na Europa, dividiram-se em dois grupos: os que eram praticados no interior das instituições e no exterior. No entanto, sabe-se que as instituições nunca estabeleceram uma divisão específica de trabalho e acolhimento. Sá (1997,p.8) afirma: “O hospital geral dos séculos XVII e XVIII aceitava desde temporariamente doentes, aos incuráveis, desde crianças abandonadas, aos velhos, desde mendigos saudáveis aos loucos”. Assim, a investigação deste trabalho associa-se ao texto “O hospital das Crianças e as Irmãs de Caridade” lugar social representado na obra por transmitir o cuidado correlacionado com um serviço a todos.

A igreja teve grande importância no assistencialismo social, ao ponto de conceituar o assistencialismo como salvação para alma e em segundo lugar estabelecer um aspecto normativo, para as fundações assistenciais. O pensamento da época caracterizava o indivíduo, composto por uma divisão de corpo e alma, sendo a segunda mais valorizada que a primeira e passível de eternidade. Logo, a salvação da

alma ganha uma proporção ampla, determinando que o bem-estar passasse pela consciência do conforto que o bem material poderia produzir. Os pobres, por não possuírem riquezas, já estavam identificados com o céu e as interpretações bíblicas contextualizaram a pobreza como forma de seguir as doutrinas cristãs.

Na Idade Média alastra-se a sacralização da pobreza que haveria de estruturar o processo de salvação da alma e, por conseguinte a assistência⁹. A santificação da pobreza retirava-lhe a possibilidade de operar escolhas e selecionar quem realmente deveria receber seus serviços. A caridade acompanhava uma prática popular de entregas de esmolas coletivas à porta de conventos, e igrejas que possuíam em suas entradas concentração públicas de mendigos, mães abandonadas com filhos nos braços, cegos que não possuíam nenhum tipo de renda, etc.

Assim, isto acarretava aos pobres vários olhares; Ora com desconfiança, através da exteriorização da necessidade, ora como reflexo da imagem de Cristo. A narrativa bíblica afirma que “aos pobres pertencem os céus”¹⁰, no entanto esta citação começou a sofrer alguns reverses pelo contexto da crise demográfica.

Ordens cristãs como, por exemplo, os franciscanos, desenvolveram um conceito ideal de pobreza para os que desejavam alcançar a santidade. Além dessa forma, era sugerida a peregrinação, acerca da qual, o indivíduo abandonava a casa, a família e todas as coisas materiais; ou seja, transformava-se em um peregrino e, conseqüentemente, em uma figura sagrada. Entretanto, se o indivíduo não se

⁹ Febvre, 1976, p. 25-32. *Martinho Lutero um Destino*. Afirma: “Tinha experimentado até o âmago da sua alma a sensível pobreza desoladora da doutrina das obras [...] Em Roma, em 1510 era aflitiva a miséria moral da igreja”.

¹⁰ Na versão *Bíblia de Jerusalém do Novo Testamento*, edições Paulinas, traduzida dos textos originais, acompanhada das introduções e notas “*La Sainte Bible*”, 1973. O apóstolo Mateus na sua narrativa, no capítulo 5 e versículo 3 afirma: “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos Céus”.

encaixasse em um desses lugares sociais específicos vigentes, de alguma forma os seus bens materiais deveriam servir os pobres, pois a salvação da alma passava por eles.

Segundo Stuart Woolf (Sá, 1997, apud Stuart Woolf, 1997, p.11-13), às reflexões em torno da história da caridade, facilitam identificarmos claramente o distanciamento ou, em outras palavras, a rejeição identificada no nosso tempo, entre atitudes de responsabilidade tradicional e o Estado assistencial. Existe uma diferença entre caridade e assistencialismo que transita de concessão para um direito. Dessa forma, o direito transfere com bruta intensidade a responsabilidade ao Estado, no qual o caráter assistencial recorrente a uma identificação humana e solidária desaparece; ao ponto de cada vez mais termos dúvidas sobre essas práticas.

É possível perceber quantas transformações aconteceram, e compararmos com o que são hoje, recorrendo aos pensamentos, atitudes e organizações que rodeiam a questão assistencial. Mudanças em alguns aspectos para melhor e noutras podemos constatar um retrocesso. Dessa forma Maria Amália Vaz de Carvalho afirma:

Centenas de crianças desamparadas têm escapado ao monstro que devora as filhas da miséria, nas grandes cidades populosas e sinistras onde a pobreza é castigada como se fosse um crime e onde a orfandade e o abandono votam as feras.(Carvalho, 1885, p.269).

A dedicação literária de Maria Amália Vaz de Carvalho na obra *Um Feixe de Pennas* contribuiu para a assistência de um asilo infantil. Primeiramente através dos autores em parceria e conseqüentemente nos leitores que se identificaram com suas indagações. Maria Amália Vaz de Carvalho (1885,p.269) afirma: “Quanto mais

conheço a vida, mais dolorosa piedade me inunda o coração ante os espetáculos das misérias humanas”. As confrarias como espelho da obra assistencial apresentada através de uma estrutura organizada, mas, entretanto, seletiva.

Na época moderna as confrarias de norte ao sul expandiram-se, para o serviço às populações, estruturando diferentes comunidades. A prática social ligada diretamente à caridade, e o estabelecimento institucional da solidariedade social contribui para direcionar ações práticas de ajuda aos necessitados. A heterogeneidade referente ao ser humano também se dá através de suas carências. Sendo assim, as confrarias ajudaram a ressaltar as diferenças existentes na sociedade, apontando ao mesmo tempo para uma consciência de coletividade.

Apesar de denotar uma divisão que apoia um critério de seleção, de acordo com Penteado (1995), as confrarias e irmandades trazem à tona uma construção da identidade de diversos grupos sociais, dessa forma compartilhando um entendimento de integração.

Diferentes formas de prestar serviços ao próximo ganharam espaço na sociedade. No que toca à prática caridosa, como ação religiosa, as irmandades revelam um campo que torna possível unir pessoas diferentes, que pensam de maneiras diferentes, mas com um objetivo comum no espaço social das organizações profissionais e associações. Desta forma, verificamos que nas décadas 50 e 60 há um despertar para o estudo do movimento confraternal.

As irmandades mais especificamente incorporam tanto uma lealdade ao valor grupal que ultrapassa a visão estritamente institucional religiosa da igreja católica, mas apesar disso não abandonam o rigor devocional. A sociabilidade como parte do dia a dia das pessoas, por exemplo: as festas, a integração social, o cuidado no

momento mais difícil como o da morte; a pobreza, a doença, e a solidariedade são campos de grande importância na época moderna para as irmandades. De fato, em meados do século XVIII, as confrarias¹¹ se encontravam espalhadas por todo país nas diferentes formas de irmandades. Assim, Penteado (1995,p.32) interroga: “O que é que teria estimulado os homens na idade moderna a criarem e integrarem essa imensidade de associações? E qual seria o nível de adesão que tiveram?”.

Primeiro, para Penteado fica evidente que a proteção divina para a manutenção da vida terrena e após a morte caracteriza-se por uma necessidade de intercessores celestes, tornando-se uma preocupação vigente. Além disso, seria assegurar que nos imprevistos da vida cotidiana, será possível recorrer a auxílios financeiros, em face de perda de bens, doença, morte ou a qualquer eventual necessidade. Entre múltiplos aspectos, os que suscitaram um maior interesse dos participantes a estarem constantemente vinculados consistia na busca de uma identidade social e na integração, que caracterizava uma distinção social no interior das comunidades.

A contribuição destes múltiplos suportes tanto espirituais como materiais, auxiliaram de forma direta as obrigações da paróquia para com os seus devotos, aproximando a prática religiosa da sua vida cotidiana. Por exemplo, há um maior acesso aos sacramentos da igreja, uma manutenção mais adequada ao local de culto, um aumento da devoção aos santos e ainda um acréscimo no número das peregrinações.

¹¹ Beirante, 1990, p.6. *Confrarias Medievais Portuguesas* “O florescimento das confrarias se dá em Portugal durante o século XIII. Esse papel deve-se, sobretudo, à chegada das ordens mendicantes (franciscanos e dominicanos), que promoveram a criação de inúmeras confrarias com uma finalidade piedosa”.

Outros aspectos da dinâmica das confrarias são concernentes a iniciativas do clero em distribuir conceitos que fazem parte do desejo de contrariar os argumentos protestantes quanto à justificação ou salvação ser pela fé e não pelas obras. Além disso, promoviam um entendimento de que os paroquianos deveriam se envolver nas confrarias para que houvesse manutenção das mesmas e os cultos, festas e divulgação de datas sagradas fossem conhecidas com um glamour e luxo.

Sendo assim, destacamos aspectos destes festejos que vão diretamente ao encontro do desagrado eclesiástico tais como: corridas de touros, apresentações cênicas, danças e cantares rítmicos.

Segundo o olhar das autoridades eclesiásticas locais, estas festas contribuem para promover violência, abusos sexuais, profanação de locais sagrados, etc. Penteado neste ponto traz à tona o fato de a supressão e o aparecimento de tais organizações assistenciais não representarem uma obra do acaso, mas antes atitudes que se infiltraram a partir de tais circunstâncias relacionadas às desigualdades.

1.2 A perspectiva assistencialista infantil.

Segundo Caldeira (2004), os primeiros anos do século XX inauguram uma nova forma não só de conceituar a criança como também a assistência. Por todo o ocidente há uma verdadeira revolução. O conceito de prevenção sobrepuja ao campo curativo. A criação de serviços de saúde pública promovia campanhas que educaram e alertaram a população; através dessa via surgiu o setor da assistência a qual nada se assemelha com a antiga, mas é encarada como um novo órgão de proteção. Além disso, não se defende mais a esmola ao pobre, pelo contrário, negava-se

enfaticamente a caridade enraizada na religião, logo, o Estado aparece assumindo as responsabilidades que lhe são transferidas.

Por toda a Europa Ocidental a assistência tornou-se popular entre as crianças e os jovens. O século XX com suas modernidades levanta a autoestima dos países mais ricos. Consideramos que aspectos essenciais ao bem-estar da população são condicionados a um caráter assistencial. Alguns países se tornaram modelos a seguir por apresentarem grandes resultados, proporcionando qualidade de vida à população.

Caldeira (2004), ainda ressalta a Suíça como exemplo exponencial pelos desenvolvimentos em saúde pública e pela qualidade da sua assistência. A França pioneira no ensino pré-primário inspira vários povos entre eles autoridades portuguesas para criação de escolas maternas. Para traçarmos um panorama histórico e identificarmos diversos segmentos assistências iniciamos com o surgimento da primeira medida: o regulamento de saúde pública, aprovado em janeiro de 1837 que ficou conhecido pela “*Reforma de Passos Manuel*”¹². Este decreto com atribuições específicas e subordinado à Repartição dos Negócios do Reino atravessa os anos de 1845 e 1846.

O período da primeira República tem como marco a data de 16 de novembro de 1910 a promulgação do Decreto da Lei que irá promover a reorganização do Antigo Dispensário da Rainha, em Alcântara, que passou a ser chamado “Dispensário Popular de Alcântara” e se tornou restrito à assistência clínica de crianças, com o objetivo de diminuir as carências existentes naquela região.

¹² Manuel da Silva Passos (1805-1862) “Deu a Portugal uma revolução sem excessos”. “Produziu uma obra legislativa de que se destacam o código administrativo de 31.12.1836, inspirado na filosofia democrática e descentralizadora e uma vasta reforma no ensino em que avultava a instituição de Liceus nas capitais” In: *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Coord. Maria Filomena Mônica, Volume III.

A verdade é que mesmo com os avanços correntes a nação portuguesa em plenos anos vinte continuava por todo país com um enxame de crianças abandonadas, descalças, roupas rasgadas, magras, sem ter com que se alimentar vivendo completamente à margem da sociedade e sem esperança de futuro. Os esforços nos primeiros anos do século vinte eram visíveis através da multiplicidade de serviços assistenciais que iam surgindo como, por exemplo: tutorias de Infância, dispensários, lactários, asilos, reformatórios entre outros.

De facto, alguns setores enfrentaram dificuldades para estabelecer-se devido aos empreendimentos estatais ainda estarem vinculados à forma dos particulares atuarem. Outra questão importante refere-se à diminuição da mortalidade infantil. Era um dos alvos a serem alcançados em menos tempo. É importante termos em conta que a proteção às crianças não pode andar independente dos cuidados prestados à mulher grávida. Leis existentes eram abundantes nesta direção, contudo não eram em sua maioria cumpridas.

Segundo Caldeira (2004), a regulamentação da lei de 14 de Abril de 1891 possuía um regime que nas quatro semanas posteriores ao parto determinava-se a volta ao trabalho. Entretanto, as fábricas, que possuíam mais de 50 funcionárias mulheres, ofereciam creches para as crianças. Gradativamente a sociedade padronizou-se em direitos e deveres iguais para todos e os modelos de assistência eram legislados.

O trabalho nas fábricas ia cada vez se popularizando. No entanto, a adesão da mão de obra de diversas faixas etárias, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o êxodo rural, e a busca do jovem por complementar a renda dos pais estabeleceram obrigatoriedades bem como a criação de uma multiplicidade de assistências que

protegesse esse novo modelo de funcionário que surgia. De acordo com Caldeira (2004,p.27-34), o apoio à criança deverá iniciar logo que ela é gerada .

Em Portugal, podemos ressaltar nomes que fizeram diferença na luta pela prática do descanso temporário para mulheres grávidas que trabalhavam nas fábricas como, por exemplo: Alfredo da Costa, Adelaide Cabete, Augusto Monjardino e Hermínia Costa¹³ médicos especializados que fizeram da sua profissão uma missão social. “Incentivar a criação de consultas pré-natais, para que as mulheres recebessem tratamento, ouvissem conselhos de higiene e para que no final da sua gravidez estivessem conscientizadas das vantagens de recorrer aos serviços das maternidades”.

No que toca à proteção à grávida, verificamos ter surgido cedo em Portugal, estando diretamente ligada à fundação do Hospital São José, em Abril de 1775. Além disso, foram divididas por ordem numérica enfermarias específicas somente para as parturientes. O Hospital Maternidade Alfredo da Costa começa a funcionar de forma adaptada dentro de uma escola denominada *Colégio Santo Antão*, confiscadas aos Jesuítas, e por isso sofria de deficiências tocantes aos seus serviços. Embora fosse o

¹³ Manuel Vicente Alfredo da Costa (Margão, 28 de Fevereiro de 1859 — Lisboa, 2 de Abril de 1910), mais conhecido por Alfredo da Costa, foi um médico e professor de Medicina, pioneiro da obstetrícia em Portugal. O seu nome é recordado na designação da Maternidade Alfredo da Costa. Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade das Ciências Médicas.

Adelaide de Jesus Damas Brazão Cabete (Alcáçova, Elvas, 25 de janeiro de 1867 - Lisboa, 14 de setembro de 1935), mais conhecida como Adelaide Cabete, foi uma das principais feministas portuguesas do século XX. Republicana convicta foi médica obstetra, ginecologista, professora, abolicionista, defensora dos animais e humanista. Foi pioneira na reivindicação dos direitos das mulheres, e durante mais de vinte anos, presidiu ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, nessa qualidade reivindicou para as mulheres o direito a um mês de descanso antes do parto e em 1912 reivindicou também o direito ao voto feminino, sendo em 1933, a primeira e única mulher a votar, em Luanda, onde viveu a Constituição Portuguesa.

único a prestar auxílio deste tipo e a inaugurar enfermarias destinadas somente às mulheres.

Gradativamente, as superlotações eram frequentes. A consciência das parturientes era despertada para cada vez menos procurarem parteiras e requererem serviço especializado. “A maternidade chegava a ter uma lotação diária de 70 mulheres, segundo dados do Dr. Costa Sacadura, pois, sendo um dos raros locais, ou mesmo o único, a prestar auxílio deste tipo, tentavam os médicos não o negar a quem, em hora de desespero lhe ia solicitar” (Caldeira, 2004,p.28).

Se nos reportarmos às enfermarias destinadas às mulheres, devemos ter em conta a enfermaria denominada Santa Bárbara de uso exclusivo das mulheres grávidas, também chamada Maternidade Santa Bárbara. O que chama atenção e queremos registrar aqui é o caráter desta instituição em atender mulheres extremamente pobres. Portugal acompanhou de perto as mudanças que a assistência conheceu durante o século XX.

A associação protetora dos recém-nascidos indigentes,¹⁴ conhecida pelo veemente apelo em jornais e revistas foi uma associação que contribuiu de forma intensa para veicular o apelo dos médicos que divulgavam a necessidade de ofertas de enxovais e roupas. Apontava-se nesta altura, para mil o número de crianças que, em média, nasciam anualmente na Maternidade Santa Bárbara em Lisboa, embora “cerca de 800 crianças corriam o risco de adoecer e morrer de frio” (Caldeira, 2004). Diante do surgimento da lei severa sobre o crime de infanticídio, o apelo através de uma consciência de dever social destaca a responsabilidade que recai sobre as mulheres de Lisboa, por exemplo, das que vivem sem privações: “Se deixássemos

¹⁴ A associação dos recém – nascidos indigentes são mais um exemplo da ponte que foi criada: benefício ou doação até ao necessitado.

morrer à míngua, por negligência nossa, tantas crianças que facilmente podem salvar-se” (Caldeira, 2004,p.32).

Eram múltiplos os tipos de enfermarias que iam surgindo, entretanto não significava que eram suficientes de forma alguma, pois não funcionavam de forma adequada. Em seguida abordaremos o regime de internato da criança ou dos jovens e dos espaços entendidos como adequados para eles como, por exemplo: asilos, orfanatos, tanto públicos como privados e reformatórios.

Perante a diversidade que caracterizava essas instituições, apresentaremos alguns casos relacionados com a assistência infantil. O Asilo de São João, inaugurado em dois de Julho de 1862, assumiu-se como exemplo de grande relevância. Segundo Caldeira (2004), caracterizava-se por ser uma instituição laica de assistência privada para o acolhimento e para promover a educação de 50 raparigas órfãs que não tivessem nenhuma condição financeira. Esta instituição surge por uma iniciativa autônoma. Entretanto, o governo civil de Lisboa cedeu instalações que prefigurava na permissão de 20 meninas, as quais pertencentes ao Asilo do Cardais de Jesus¹⁵ fossem transferidas para a nova instituição.

A admissão de crianças era feita através de critérios pouco consensuais, provocando desconforto e críticas junto de quem se preocupava com assistência infantil. A primeira regulamentação decretada em 31 de Dezembro de 1864 estabeleceu as seguintes prioridades número 1: Filhas de sócios da associação protetora; número 2: órfão de pai e mãe; número 3: órfão de mãe tendo o pai impossibilitado de prover à sua subsistência; número 4: órfão de pai tendo a mãe na

¹⁵ D. Luísa de Távora herdeira e viúva de D. Luís Francisco de Oliveira e Miranda resolveu fundar um convento, para isso aproveitou o edifício utilizado para o recolhimento de meninas chamado Asilo do Cardais de Jesus.

mesma circunstância; contudo, com o passar dos anos e o advento da República alguns critérios quanto à educação foram sendo revistos como, por exemplo, as idades para admissão alargadas. Sendo a entrada admitida aos 10 anos de idade e saída aos 15 até aos 17 anos. Associando a isso critérios como a obrigatoriedade de cada jovem apresentar um fiador que assumisse a responsabilidade pelas suas despesas e prejuízos causados por elas ao asilo e também quanto ao seu destino na saída do asilo.

O Asilo São João, para além da faceta de albergar essas crianças, tinha o objetivo de transmitir a educação fundamentalmente prática (costuras, bordados e trabalhos domésticos). Durante toda a existência deste estabelecimento a atividade estava impregnada por esse espírito de preparar essas crianças quanto à educação e a moral feminina, assemelhando-se aos conceitos e ideais de Maria Amália Vaz de Carvalho nas seguintes obras *Mulheres e Crianças* e *Cartas a uma noiva* .

A inovação trazida pelo estatuto de 1914 consistia entre outras regulamentações e novos estatutos o de abolir o ensino religioso, facto confirmado pelo governo civil de Lisboa em 12 de Novembro de 1914. Durante o período da República o número de crianças albergadas no asilo São João contabilizou o número de 30. Contudo aumentou para cerca de 50 no final dos anos 20.

Seguidamente abordaremos um pouco o Albergue das crianças abandonadas local fundado no dia 8 de Maio no ano de 1897. Esta Instituição detinha grande prestígio apresentado por sua inauguração ser registrada com a presença da família real. O Albergue das Crianças Abandonadas diferenciava-se dos demais por ter o objetivo principal de recolher as crianças dos dois sexos, dos três aos 12 anos,

encontradas ao abandono na cidade ou que se encontrava em indignidade humana por doença ou maus tratos dos pais.

A maioria dessas crianças eram recolhidas também por polícias nas ruas, e colocadas sob proteção dos Chefes de Polícia em suas casas, porém lhes asseguravam verbas para sustento dos menores, e muitos ficavam pelos corredores das delegacias, aguardando um local para serem conduzidas. Através desta iniciativa por parte dos Chefes de Polícia pessoas do mundo das letras e do jornalismo começaram a cogitar a criação de uma instituição específica que atendesse a necessidade destes menores. Surgiu assim, o Albergue com o apoio de personalidades impulsionadoras de diferentes ramos e também da ajuda do governo.

O internato começou a funcionar com 25 crianças. Com o passar dos anos a necessidade de um edifício anexo tornou-se inevitável por já se totalizarem 70 crianças, sendo 30 rapazes e 40 moças. Para termos um conhecimento mais amplo da quantidade de crianças albergadas e dos motivos que no final do século XIX e início do século XX essas crianças eram abandonadas, apresentaremos os seguintes números e as razões mais constantes. Desde a sua fundação até 30 de Junho de 1930 passaram pelo albergue 3.392 crianças¹⁶.

De acordo com Caldeira (2004), a instituição muitas vezes rejeitava forçosamente as crianças por falta de espaço e por tais crianças requererem cuidados diferenciados. Havia alternativa de acolhimento representada por famílias que receberiam um valor financeiro para cuidá-las, mas que, por vezes, as rejeitavam, trazendo uma sobrecarga para a manutenção e padronização no acolhimento.

¹⁶ Caldeira, 2004, p.136. Do número total de crianças podemos destacar: 2140 crianças que foram readmitidas; 3070 foram colocadas na província; 1946 foram entregues a famílias e às 446 restantes tiveram destinos diversos. Setenta crianças de ambos os sexos permaneceram no internato.

Estas questões proporcionaram ao Albergue histórias incomuns. Por exemplo: Caldeira relata que marinheiros em Paços de Arcos recolheram um menino de oito anos, o qual dizia não ter conhecido o pai e que a mãe o tinha deixado no hospital. Assim, ficando ao abandono, foi recolhido para o Albergue. Neste mesmo período foram também albergados Arthur de 10 anos, e Tomaz de 9 anos, representando outro motivo de abandono pois, tendo morrido a esposa, o marido em desespero foi para outra cidade e deixou os filhos à própria sorte. Eram sucessivas questões de abandono em virtude da crise que o país atravessava.

Ainda sobre instituições que veiculavam a assistência infantil na primeira República, devemos ter em conta a “Associação Protectora das Florinhas na Rua”. Tratava-se de uma obra assistencial que atendia crianças do sexo feminino, as quais se encontravam em situações de perigo moral. Descreveremos a esse propósito como se deu a criação desta instituição pelo facto de tal origem suscitar a relevância de um dos objetivos do nosso trabalho, que é destacar atitudes, iniciativas e práticas sociais.

Caldeira (2004) narra-nos que partiu individualmente da experiência que D. João Evangelista de Lima Vidal¹⁷ ao sair pela rua deparou-se com uma menina com possivelmente menos de 10 anos que lhe pedia esmola. Ao afastar-se percebeu a alegria que aquela menina demonstrava, substituindo o ar de sofrimento que já lhe tinha ficado para trás. Logo, tal atitude gerou no arcebispo a reflexão sobre a ausência da dignidade em que o ser humano se encontrava: “A miséria moral era ainda maior que os sofrimentos físicos” (Caldeira, 2004,p.164).

Se nos referimos a tal reflexão, é possível percebermos a humanização identificada pela compaixão e o valor do ser humano despertado nos olhos de outro.

¹⁷ Nascido em Aveiro em 2 de Abril de 1874; Falecimento em 5 de Janeiro de 1958. Foi um religioso; Bispo de Aveiro e membro da Ordem Terceira de São Domingos.

Sendo assim, iniciou-se a instituição com 15 meninas somente com boa vontade e o apoio de um grupo de senhoras. A estrutura era constituída por uma sala de aula, refeitório, recreio e casa de banho. Tudo era reduzido ao estritamente necessário à sobrevivência de meninas que apresentavam características que demonstravam pertencerem a famílias que a miséria conduziu à promiscuidade, à proliferação de todos os crimes, abusos corporais, sexuais e violências físicas. No ano de 1920 o regime estritamente básico de cuidado e o acolhimento pela compaixão indistinta sofreu alteração diante da prisão de uma das internas, comumente chamadas de “florinha.”.

Durante a madrugada em companhia de sua mãe, pedia esmola. Levadas para o Refúgio da Provedoria, situado no Altinho de Belém, só a muito custo a associação conseguiu que a criança que fosse de novo entregue uma vez que entre as exigências [...] A jovem só poderia permanecer nas Florinhas em Regime de internato. (Caldeira, 2004, p. 165)

Este tipo de acolhimento representa a inauguração do tríplice objetivo desta instituição que é segundo Caldeira (2004,p.165), “Furtar a criança a deletéria influência do meio de onde saiu, forma-lhe o caráter pela palavra e pelo exemplo, criar nela o amor pelo trabalho, tornando-a deste modo capaz de viver por si”.

A Associação Protectora das Florinhas da Rua¹⁸ galgava de progresso em progresso. Os estatutos e exigências requeridas pela constituição vigente iam sendo cumpridas. Logo, tais cumprimentos abriram espaços para a instituição ter condições de criar mais internatos e semi-internatos para crianças do sexo feminino desprotegidas, sob o ponto de vista moral e material. Os internamentos ocorriam através das conexões das tutorias da infância para com os asilos que se enquadram especificamente, com o caso de cada menor abandonado. Nas questões respeitantes aos órfãos relataremos o caso de uma menor de sete anos, considerada em perigo moral. Órfão de pai com cinco irmãos, cuja mãe não lhe proporcionava a devida assistência. Essa mãe era vendedora ambulante de hortaliças e vagueava pelas ruas diariamente.

Outro exemplo que nos chama a atenção enquadra-se na linha das pequenas instituições, dedicada a vestir crianças pobres. Importa, assim, referir a União Noelista Portuguesa, que se organizava através de vários grupos, localizados pelo país. No de Lisboa colaboraram 10 senhoras. Quinzenalmente, os integrantes dos grupos reuniam-se para fazer enxovais para as crianças distribuindo-as também aos velhos que necessitasse. Desde o início da década de 20 que o grupo mantinha o

¹⁸A Associação Protectora das Florinhas da Rua nasceu em 1917 em Lisboa, por D. João Evangelista de Lima Vidal com o objetivo de proteger crianças em perigo e apoiar famílias carenciadas e incapazes de educarem devidamente os filhos.

Em 1974 funcionava como colégio para crianças da alta sociedade, estando às funcionárias descontentes pelo desvio da matriz. Em 1983 foi proposto o encerramento da Instituição, porém sem efeito. Em 1985 foi celebrado acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e em 2010 tornou-se Instituição Particular de Solidariedade Social, com valência de Lar de Infância e Juventude, com acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, para 25 crianças e jovens dos 3 aos 18 anos. Conscientes dos escassos meios e grandes carências que a sociedade portuguesa atravessava, os fundadores das Florinhas desenvolveram este projeto que caminha para quase 100 anos de existência. Desde 1917 que a Associação Protectora das Florinhas da Rua tem como lema Cuidar e Crescer: Informação disponível em: www.florinhasdarua.pt/historia/ Acessado em: 30 de outubro de 2018.

número total de 20 estudantes pobres, como o lucro de festas que eram organizadas como festas de caridade estimulando a bondade e a doação autônoma de todos daquela comunidade.

A partir das observações e os percursos históricos feitos por Caldeira concluímos a perspectiva assistencialista relativa à infância em Portugal, e destacamos a cidade de Lisboa, por acreditarmos que neste período abarca grandes variações. É importante compreendermos de que forma o Estado e a sociedade comportaram-se para com a grávida.

Em relação à laicização da assistência debaixo do regime liberalista, observamos os esforços da sociedade laica e do próprio Estado para suprir a lacuna deixada pela ação da igreja católica no campo assistencial. Em seguida, vem-se construindo a nova forma de encarar a solidariedade, pois agora a caridade e a esmola eram repugnadas.

A assistência passou a ser vista como um novo órgão de proteção à criança e da responsabilidade do Estado, o qual também não fugiu das suas obrigações. Entretanto buscaram-se várias ferramentas para se chegar a soluções que restaurariam a dignidade da criança. Podemos destacar para registro histórico que a lei de 25 de Março de 1911 garantiu recursos para que instituições públicas ou privadas fossem geradas e mantidas.

A primeira República trazia como base três setores fundamentais para inibir o abandono e a delinquência infantil: a assistência, a educação e a justiça. No entanto, já vimos que as duas primeiras se entrelaçam no percurso, ao ponto de irem se estabelecendo como dois dos serviços oferecidos nos asilos. No caso da justiça,

vemos o surgimento das Tutorias ¹⁹. De entre as múltiplas funções que eram atribuídas às tutorias, vamos ressaltar a sua competência em julgar causas que envolviam menores em perigo moral. Neste contexto a “Tutoria” representava um tribunal especial para o menor desamparado com objetivo de guardar, proteger e defendê-lo.

De acordo com uma entrevista concedida pelo Dr. Pedro de Castro ao jornal *O Século* em 16 de Fevereiro de 1912 fica-nos mais fácil perceber a importância da criação desta instituição no que toca soluções para o abandonado ²⁰. A Tutoria representava o lugar onde o menor teria a oportunidade de abrigar-se por um período curto até que fosse encaminhado. Ali ele era inspecionado, procurando-se conhecer as causas da sua delinquência e do seu abandono, e se existia algum parente vivo que pudesse responsabilizar-se por ele.

¹⁹ Em 1911 Alberto de Sousa Costa criou a Tutoria da Infância, organismo do Ministério da Justiça que visava julgar todos os processos, civis e criminais, relativos aos menores. Junto das Tutorias funcionavam os Refúgios da Tutoria, que asseguravam o acolhimento temporário dos menores com vista à observação das situações que os envolviam. Exerceu o cargo de secretário da Tutoria Central da Infância de Lisboa e, posteriormente, do Tribunal do Comércio. As Tutorias tinham na sua dependência casas de detenção e observação designadas por Refúgios. O Decreto de 1911 toma várias medidas que contribuem para modificar a forma da educação ser transmitida, insistindo na educação preventiva. <http://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/05/tutoria-da-infancia.html>. Acessado em: 29 de março de 2019. C.f

²⁰ Caldeira, 2004, p.200. “A Tutoria é um tribunal, ou melhor, um instrumento de observação, de estudo e distribuição dos menores delinquentes e dos menores em perigo de delinquir, não pode ser simultaneamente um instrumento de transformação. Procura conhecer as causas da sua delinquência, as condições e o meio em que viveram, os seus hábitos, as suas tendências, as suas aptidões, para preservá-los da atmosfera dissolvente da cadeia enquanto os não julga, ou não prescreve os processos terapêuticos e profiláticos a aplicar à cura ou evitação do mal. Observados, julgados, restitui-os à família, sob liberdade vigiada, se a família está em condições morais e económicas de os receber; entrega-os às *Casa de Preservação*, asilos e outros estabelecimentos pios, se se mostrarem indenes de contágios nocivos, ou às *Casas de Reforma* hoje assim chamadas as de Caxias, Vila Fernando e Vila do Conde, se revelam intimidades com o vício e a corrupção”.

Capítulo 2. “Um Infanticídio” em *Chronicas de Valentina* (1890) e a representação da educação feminina.

Por todo caráter exploratório da sociedade, na obra *Chronicas de Valentina* (1890) tanto nos seus aspectos públicos como nos mais íntimos, analisam-se e expõem-se meandros das relações familiares. O que encontramos de mais frequente, porém, é a construção de textos baseados no que engloba o universo feminino e suas dificuldades sociais no século XIX.

O capítulo “Um Infanticídio” trata da tentativa de um crime que teve grande repercussão na sociedade. No entanto, compreendemos ao ler o capítulo que o suporte judicial não dá conta de soluções para tal problemática, a não ser as ações caritativas, através da educação feminina adequada ao posicionamento ideológico da construção familiar. Para a escritora um conjunto de fatores são importantes. Ela não se conforma com uma condenação penal que não observa o contexto da origem de tal intento.

Analisando o contexto social que cerca a jovem, por ser de pobreza, miséria e vício, o ato de abandonar o filho com a intenção de matá-lo caracteriza-se por refletir o abandono que sofreu quando grávida do pai da criança, também responsável pelo filho, além de ressaltar o fato da personagem não ter tido uma mãe que transmitisse carinho e cuidado, como exemplo, para também assim imitá-la. Aqui entra a reflexão acerca da necessidade da educação feminina como modelo renovador do papel da mulher na sociedade oitocentista e como consequência o amparo ao órfão, o abandonado, o pobre ou o que sofre dentro do seio familiar.

Associado a esses pontos destacamos a questão da criança como uma dádiva divina, ao conseguir nas duas tentativas de assassinato ser salva milagrosamente. Estes atos de salvação foram realizados por pessoas incomuns da sociedade, em momentos casuais. Entretanto, a criança ficava aos cuidados da proteção caritativa do Estado real, crescendo e desenvolvendo-se muito bem.

Deste modo, destacamos algumas ocorrências, do infanticídio e da caridade, quando atuantes na sociedade. Conscientes de que o universo da educação feminina é o fundamento da obra de Maria Amália Vaz de Carvalho, verificamos que a caridade também é uma disciplina para o público feminino.

Sendo assim dividiremos os dois subcapítulos. O primeiro dedicar-se-á ao estudo crítico do texto “Um Infanticídio” e o segundo estará debruçado sobre a representação da caridade na educação feminina. Porém, como a autora não descarta as ocorrências dessas duas vertentes estarem vinculadas a educação feminina, e a investigação deste trabalho desenvolve-se entre a moralização feminina e a perspectiva social. Torna-se interessante observar que o abandono da criança se transfigura em sinalizador da condição social de quem depende da caridade, remetendo o olhar da escritora para um abandono terceirizado. Portanto, temos um texto que apesar de carregar uma crítica nomeadamente pesada, agrega a linguagem retórica argumentativa como ferramentas da crônica jornalística.

A personagem não consegue perceber os desajustes que estão a sua volta, contudo, a autora os denuncia. Pertencentes a espaços sociais opostos, a autora interpõe-se ao que possui uma voz em certa medida, e ao outro que não possui nenhuma.

2.1 “Um Infanticídio” em *Chronicas de Valentina* (1890).

Do século XVIII ao XX notabilizaram-se grandes mudanças na Europa, no que toca às questões humanitárias. Maria Amália Vaz de Carvalho na obra *Coisas D’Agora* interroga-se: “Que homens sairão das mãos de tais mães? Que mulheres hão de formar-se no seio de tal desorientamento” (Carvalho, 1912, p.22). Assim se refere um período no qual os conceitos de direitos e deveres dos homens e principalmente das mulheres flutuavam em opiniões e debates. O papel que cabia a mulher na sociedade arrastou por décadas a uma ausência de direitos políticos, o espaço restrito do lar e a dependência de um homem.

A obra *Chronicas de Valentina*, publicada em 1890, com uma carta prólogo de Ramalho Ortigão possui 21 capítulos e percorre a esfera do feminino e a perspectiva social. Sobre isso, destaca Cizotto Belline:

Dos conceitos literários do último quartel do século XIX, Maria Amália abraçou a causa da literatura como missão social. Acreditando que escritor só devia dizer o conveniente e o educativo, voltou-se para a educação das mulheres com a finalidade de adequá-la ao século que considera o progresso da ciência e das conquistas democráticas, em que o homem teria atingido a mais elevada e justa noção de Bem (Belline, 1999, p. 5).

Em um “Um infanticídio” Maria Amália Vaz de Carvalho defende os direitos de uma ré que foi condenada a seis anos de prisão por um crime bárbaro, que chocou toda a sociedade da época.

Maria Amália Vaz de Carvalho aborda os factos desde o julgamento até a condenação. Uma mãe com apenas 23 anos de idade, condenada a seis anos de prisão, tenta por diferentes terríveis maneiras matar seu filho. Primeiro coloca-o nos

trilhos do comboio para que passando o esmagasse, mas por um milagre seu intento fracassou. Não bastando, atira-se juntamente com a criança ao rio, de cima da muralha do aterro. Não obstante, a criança mais uma vez é salva.

Ao prestar atenção a tal ocorrência, Maria Amália utiliza esses papéis sociais que desorganizam a sociedade para analisar fragmentariamente o lugar da mãe solteira, da mulher, da criança abandonada e da sociedade. O sentido que ela constrói em cima das ações e das consequências revela o enlace de responsabilidade que não começa quando a personagem engravida, sendo muito jovem, tampouco quando ocorre a tentativa de assassinato do filho de apenas seis meses, mas de um processo de lacunas assistenciais. Existem lugares que o Estado não alcança, mas que a sociedade precisará chegar.

Analisar este capítulo é caminhar por leituras múltiplas entre o abandono e o encontro, ou encontro /reencontro associado a uma reflexão acerca do modo de vida contemporâneo, constituído pela desordem, abandono, melancolia, crime e desumanização nas relações interpessoais observadas pela escritora.

O abandono da mãe e o abandono da mulher

Esta mãe e mulher autora não afronta a ordem estabelecida, não coloca em causa papéis sociais defendidos por mulheres feministas. Longe de tal coisa, contudo, as questões que permeiam a perspectiva social revelam uma escritora indignada, capaz de se colocar no lugar desta mãe “*miserável e cretinizada*”²¹. O cruzamento

²¹ Carvalho, 1890, p.260. Grifo da autora.

de ideias e a interligação dos discursos narrativos e dissertativos são características do estilo de Maria Amália.

O texto passa por um processo que desencadeia o aprofundamento no conhecimento sobre o crime e o que faltou para que a mãe fosse conduzida a possibilidade do cuidado. A relação entre o abandono e o cuidado de uma mãe incapaz constrói a narrativa por fases. Primeiro, a autora visualiza pelo viés da acusação legítima, o estereótipo de uma mulher e depois de uma mãe.

O que chama a nossa atenção é o cruzamento de ideias, em que uma hora o foco é a mulher abandonada, em seguida é uma mãe também abandonada. O abandono não classifica somente a criança, mas também a mãe, sujeito no texto que expressa uma dupla contextualização.

Enfatizando ainda o recurso do cruzamento de ideias comentaremos as páginas 257-264 para que possamos verificar passo a passo tal ocorrência. Maria Amália Vaz de Carvalho na obra *Mulheres e Crianças*, afirma:

A mulher repelida da família, porque a não quiseram inútil e pobre, não achando em si nem a coragem, nem a ciência do trabalho, luta contra o mal que lhe revela a suas traidoras miragens; mas, se mão estranha a não socorre e a não prende, sucumbe, precipita-se e perde-se (Carvalho, 1938, p.62).

A condição dos sujeitos abandonados, representados por diferentes aspectos – crianças que vivem nas ruas, idosos que moram sozinhos por serem abandonados pelos familiares, ou até os moradores de ruas no mundo contemporâneo – refletem sobre sujeitos que estão à deriva, pertencentes a um espaço que nunca se sentirão ajustados.

Este foco que abre a narrativa associa-se com aspectos que põem em causa o direito da mulher. Ao citar Vitor Hugo, Vaquinhas (2011) afirma que “o século XVIII foi o dos direitos do homem, e o século XIX o dos direitos da mulher” (Vaquinhas, 2011, p. 19). Tal afirmação elucida o percorrer da escrita dissertativa da autora de enlace com os direitos da mulher, aquela mulher, mãe abandonada e da mãe incapaz, sendo assim construída a ideia que o sofrimento da criança viria em segundo plano. Por mais que seja possível perceber a indignação com o crime, em *Chronicas de Valentina*, também os caminhos da narrativa percorrem sempre por reflexões que devem ser adotadas para buscar auxílio para a mulher. “Imaginam porventura que ela conheceu como nós conhecemos uma doce figura piedosa, terna e austera feita de amor, de virtude e de bondade, que se curvava sobre o berço em que nós adormecíamos todas as noites” (Carvalho, 1890, p. 261.).

Nesta afirmação, a autora transmite sua solidariedade com a ré, colocando-se no lugar dela com o intuito de criar uma visão marcada pela piedade e clemência da sociedade, traçando um percurso sobre a suposta forma de vida que a ré não experimentou, e sendo assim, também se estabelece a causa dos seus atos. “Pensam que esta 'mulher' teve família, teve lar, teve berço, teve mãe?... Pensam que ela sabe o que é sentir, o que é sacrificar-se, o que é amar, o que é ter entranhas? Acreditem não!” (Carvalho, 1890, p.262).

Construir por este caminho possíveis leituras é descrever e articular os fios secretos, do que não está aparente, e de acordo com a escritora fontes que o Estado não irá investigar. É a tentativa de ler assistencialmente o lado muitas vezes esquecido. Para Maria Amália a mulher idealizada deve ser unida a um propósito

social. Por exemplo, mãe intelectualizada, educada, sendo capaz de instruir seus filhos, um papel social que, para a época seria moderno.

Pela grande maioria das obras de Maria Amália Vaz de Carvalho, pelo seu próprio caráter exploratório tanto no seu aspecto educacional como no social, analisam-se e expõem-se os meandros das atitudes da mulher como indivíduo e como um ser social. Qual será a resposta da mulher para a sociedade que se transforma? O que encontramos de mais frequente para a autora é, porém, a construção da educação feminina como resposta solucionadora às distorções sociais.

O abandono da criança e da sociedade

Esta personagem sem nome dá a luz uma criança. Abandona seu filho em um ato intencional, reforçado pela localização que é deixada a criança. Neste caso a autora descreve o local, que é nos trilhos do comboio, e também descreve o objetivo do abandono.

O nível da crueldade perpassa o abandono, todavia caminha para a percepção do abandono associar-se ao intento criminoso. No entanto, a escritora, em síntese narra que antes de conseguir realizar o crime, a criança foi recolhida ao hospital e salva milagrosamente da morte. O aspecto do caráter religioso é prefigurado como paralelo da salvação da criança da morte física através do vocábulo milagrosamente.

A criança abandonada foi salva da morte, porém, não salva do abandono. A mãe apresentada dualmente é enviada para uma cadeia provisória. De fato, como já dissemos em capítulos anteriores, as cadeias provisórias nesta altura, não tinham a

incumbência de manter o réu ali para cumprir a sentença se no caso fosse condenatória. Sendo assim, esta mãe foi solta após seis meses, tendo acesso novamente à criança.

Somente ao quarto parágrafo a maternidade é exposta, logo com ironia. Maria Amália destaca: “A criança, segunda vez salva por uns pescadores que a sentiram cair e debater-se no asqueroso leito, em que o carinho materno a precipitara” (Carvalho, 1890, p.258). Reparem-se como as escolhas desta mãe se opõem à atitude caridosa dos pescadores.

Deste modo a criança apresenta-se no texto após seu nascimento inserido pela descrição do meio dramático e trágico do abandono. A citação de Maria Amália Vaz de Carvalho confirma:

A criança, segunda vez salva por uns pescadores que a sentiram cair e debater-se no asqueroso leito, em que o carinho materno a precipitara, de tal modo estava predestinada para alguma existência excepcional, que el-rei encarregou-se de a mandar criar e educar; e é hoje, sob a égide do seu régio protetor, que esta vida, que se julgava destinada aos desamparos. (Carvalho, 1890, p.258).

De acordo com Martins (1997), o fato de a criança ser abandonada na rua – ou chamada de “exposta”, segundo nomenclatura adotada até o final do século XIX – não impunha tanto rigor, comparado com o crime de infanticídio, acarretando em cada vez uma maior incidência, pois não se temia nenhum tipo de retaliação. Entretanto o que reforça a nossa investigação é que o cristianismo cumpre um papel decisivo quanto ao amparo das crianças abandonadas.

Martins (1997), chama atenção para a importância de compreendermos a sutil diferença de criança abandonada para uma criança desamparada. A criança

abandonada é uma “criança da rua” sujeita a rua ser a sua escola. Esta passa por processos dentro da família como pobreza, miséria, relações afetivas desajustadas, tudo a afasta e contribui para que o seu maior tempo seja em busca de proteção e segurança longe de sua casa.

O século XIX suscita um moralismo em diversas camadas sociais e profissionais. A desordem nas classes operárias, ou o caos na vida quotidiana das classes populares, despertava uma preocupação moral coletiva, criando os movimentos de proteção e instituições assistenciais. O destino das crianças em Portugal no século XIX era incerto, elas acompanhavam o dia a dia dos adultos, não tendo uma ocupação direcionada para as suas necessidades e faixa etária.

Destacamos assim o texto de Cardoso (1917), que faz menção ao poema intitulado “Para os órfãos²²”, por associar a doação como metáfora de dois planos antagônicos: a questão social e a figura da mãe.

Aos pobres, coitadinhos.
Cristão dai uma esmola.
O mães dai- lhes carinhos
Dai-lhes ó pátria a escola!
E assim tornemos ridente
O seu destino escuro
As pombas do presente,
As Águias do futuro
(Belém, 1885, p. 60).

Retomamos ao texto para retratar o sentimento de culpa e por consequência a consciência do ato “A mãe, que esteve continuamente chorando, pediu mais de uma vez para beijar o pequenino ser, que a nascença tinha abandonado” (Carvalho, 1890, p. 258.).

²² Cardoso, 1917. Na sua obra *Poetisas portuguesas; antologia contendo dados bibliográficos e biográficos acerca de cento e seis poetisas* narra sobre a autora D. Esther Amália da Cunha Belém, a qual nasceu em Coimbra em 25 de julho de 1856 e colaborou no *Jornal Lisboa Creche* com um poema intitulado: “Para os Órfãos”. Comentário da autora em *jornal “Para os pequeninos”* a favor da associação protetora das crianças.

Esta crônica caracteriza-se por uma reconstituição de assuntos que norteavam a vida em sociedade e a educação feminina. Segundo Maria Amália Vaz de Carvalho, as condições da existência em sociedade mudaram e um dos meios de reconstruir o mundo, que enfrentara guerras, consiste em dedicar-se ao que o autor caracteriza como os infelizes. Em síntese, exalta a fraternidade como o que há de mais belo na terra. Maria Amália Vaz de Carvalho afirma:

A sociedade é verdade que não a tinha educado que não a tinha protegido, que nunca dera até ali pela sua miserável personalidade, eternamente “balotée” entre a fome e o vício, mas percebeu bem que ela existia para punir, e puniu-a em nome de um direito que ela percebe tanto, como percebeu tudo mais! (Carvalho, 1890, p. 263)

No combate ao infanticídio e ao abandono anônimo fora decretado que a existência das instituições para os expostos ou enjeitados seriam caracterizadas pelo silêncio, não sendo necessária a identificação dos pais, instaurando assim o sistema de Rodas. Contudo este sistema de Rodas não alcançou as expectativas pelo fato das crueldades vividas pelos expostos e pelo alto índice de mortalidade infantil.

No entanto, a Roda na mente de muitos constituía uma alternativa para o aborto e o infanticídio. Diante desta dualidade contraditória, porém sem nenhuma solução, o combate às Rodas oficializou-se em 1862. Através da proposta de reestruturação do combate ao abandono infantil três medidas foram adotadas: substituição das Rodas por hospícios de admissão controlada; permissão de mulheres declararem sua gravidez mesmo sendo em situação inadequada; fornecimento de subsídios para pais que comprovam sua falta de rendimentos, responsabilizando assim as famílias pela criação dos seus filhos. Com estas medidas aplicadas através

do decreto de 21 de Novembro de 1867, aboliu-se em Portugal, o sistema de Rodas. “Oitocentos foi o século da criança”, afirma Paulino (2014, p.201. pela crescente consciência da importância da família como base para o Estado e uma sociedade saudável e forte. Desta forma justificam-se as medidas para combater o infanticídio e o abandono infantil. Maria Amália Vaz de Carvalho na obra *Mulheres e Crianças* escreve:

São elas a alegria da família, como a família é a suprema ventura dos felizes e o supremo consolo dos desgraçados. Quando aparecem trazem consigo o sol; tudo se ilumina; Sorriem os lábios mais irônicos, mareja-se de lágrimas doces os olhos mais áridos, estendem-se pródigas de bênçãos as mãos mais avara. Elas são a graça que se ignora, a fraqueza que nenhum poder assusta, a inocência que interroga a aurora intelectual que desponta e que difunde em torno de si uma luz cariciosa e límpida, uma luz que se reflete em júbilo no coração das mães (Carvalho, 1938, p. 225).

2.2 A Representação da Educação feminina.

A obra *Senhoras e mulheres portuguesas do século XIX* de Irene Vaquinhas (2011) aborda um panorama da condição e do papel da mulher. A sociedade oitocentista à qual pertence a autora estudada enquadra a mulher em uma naturalização de papéis sociais como dona de casa, responsável pela educação e instrução dos filhos e da família, sob a superioridade masculina. Maria Amália Vaz de Carvalho é expressamente a provocadora dessa educação feminina. Na obra *A arte de viver na sociedade* a autora afirma:

A educação tem um fim único: Formar essa criatura de nervos de aço, resistente e fortíssima de encantador e prestígio aspecto, que se faz bela a força da arte, quando a natureza se esqueceu de tê-lo feito, que sorri, anda, para, dança, cumprimenta, sempre com suprema arte (Carvalho, 1901, p.31).

A mulher e a educação compõem aspectos relacionados a gênero e recurso social que não se encontram por acaso. A educação feminina consistia em habilitar a mulher a ser boa esposa, mulher, dona de casa e mãe. Ao longo dos séculos para a maioria das famílias portuguesas e grupos sociais era suficiente à educação transmitida pelas próprias mães às jovens. O regime republicano impulsionou a descentralização da educação da mulher, bem como os discursos feministas.

Este impulso destaca a reflexão sobre a importância da concepção da educação da criança órfã, pobre, abandonada, ou das que não nascem em um lar com a estrutura maternal ou que, por circunstâncias inevitáveis e inesperadas ficariam a cargo das casas de caridade ou forçosamente à mercê de outro familiar, embora, nutrem o sonho pela família e o amparo de um lar.

Maria Amália Vaz de Carvalho escreve: “Imaginem que essa figura, ideal como nosso melhor sonho, verdadeira e real como o amor que lhe tivemos, guiou a sua infância; instruiu e salvaguardou de tentações e perigos, a sua adolescência em flor” (Carvalho, 1890, p.261).

Os verbos acima enumerados como guiar, instruir e salvaguardar remetem para o modelo de educação, que pertencia à consciência coletiva das mães que detinham este instrumento. Assim como Maria Amália Vaz de Carvalho nos faz pensar sobre esta importância - uma infância guiada, instruída e salvaguardada - também nos faz ver o outro lado: a “embriaguez, a miséria, a brutal malevolência, a

promiscuidade asquerosa, o vício, a estupidez” (Carvalho, 1890, p.262.). são os guias e preceptores que a criminosa teve neste mundo.

A oposição revela o confronto entre dois tipos de infância: a que está ligada ao universo da perspectiva da mãe abandonada, e a que se origina em grupos sociais abastados e estruturados. A representação da casa de caridade constrói-se com o cunho religioso, pré veiculando o caminho de reflexões sobre o dever social. A preocupação caritativa não conseguiu corrigir todas as deficiências apresentadas na sociedade, tendo surgido então outros grupos e formas de assistência, como a filantropia.

De acordo com Pintassilgo e Mogarro (2013), às camadas sociais mais pobres, às quais pertenciam crianças órfãs, jovens órfãos, crianças que os pais não tinham condições de criar e jovens que eram reféns da pobreza e da miséria, encontravam nas instituições religiosas o acolhimento que necessitavam.

Casas de recolhimento, asilos e internatos garantiam-lhes o regime de internato, sendo rigorosos na educação moral, enquadramento religioso católico, cumprimento de horários, comportamento, respeito aos mais idosos e sociabilidade, de modo a prepará-los para a vida adulta, para quando saíssem dali. Com o avançar dos séculos foi se incorporando uma formação profissional. Já as famílias de condição financeira mais elevada introduziram suas herdeiras nas casas de acolhimento para assegurar que suas jovens aprenderiam economia doméstica, (costuras, bordados, línguas e artes).

As meninas eram desde muito novas preparadas para o casamento. O espaço privado do lar e seus componentes domésticos eram julgados como inerentes à ideologia de fragilidade feminina. Segundo Louro (2011), a influência

católico-cristã na educação feminina no Brasil perdurou mesmo com o advento da primeira república, e também no ensino privado. Havia a expectativa de que as casas de caridade contribuíssem para a civilidade, boas maneiras e que exercessem para a educação da mulher relevância ímpar. Diante deste contexto, podemos comprovar conforme afirmam Silva e Carvalho:

A importância da atuação de Ibiapina em prol da educação feminina tornou-se um traço marcante de sua missão. Ele ficou conhecido pelas casas que construiu em prol das mulheres. Em um meio extremamente adverso em todos os sentidos, até mesmo em consequência do terrível machismo de então, ele consegue realizar uma verdadeira revolução na mentalidade do seu tempo, combatendo o terrível desamparo ao qual estavam relegadas inúmeras mulheres e crianças do sexo feminino. (Silva e Dutra, 2011, p. 8-9).

Partindo deste pressuposto Maria Amália Vaz de Carvalho destaca um contraponto a partir desta afirmação:

Haverá muitas mães, haverá muitas donas de casa, que recolham no íntimo do seu lar, que protejam com o seu auxílio permanente, uma mulher que venha confessar-lhes uma culpa desta ordem, e pedir-lhes para que a recebam, e para que tenham confiança nela? Bem sabe que não (Carvalho, 1890, p. 268).

Existe um conflito entre acolher uma pessoa que cometeu um crime, mesmo que este desvio tenha sido reconhecido diante da sociedade, e acolher um abandonado ou desamparado. A questão é colocada por Maria Amália Vaz de Carvalho pelo viés da consciência de quem ocupa o centro do lar, neste caso em específico a mãe e a dona de casa. A responsável por transmitir aos filhos lições de conduta.

Durante o século XIX, o conceito de educação pautava-se pela rigidez e normatividade, apesar do surgimento de decretos de criação de escolas normais no Brasil a partir da lei geral de ensino de 1827 e do ato adicional de 1834 que trazia para os magistrados um padrão.

Assim, tinha-se internalizado a ideia de educação como controlo da ordem, e transferência de conteúdos, muito mais que instrução. Tracemos uma ponte para compararmos sobre a educação na contemporaneidade. Segundo Bertrand (2001), a educação centrada na pessoa nasceu como reação contra os sistemas de formação baseados no ensino de conteúdos, com seus métodos de transmissão voltados para grandes grupos. Muitos autores posicionaram por sentir a necessidade de expressar a importância de abrir um espaço para a subjetividade, liberdade e até criatividade.

As instituições de caridade do século XIX, em geral, entendiam que estavam a criar crianças que se tornariam adultos, homens e mulheres de bem na sociedade. Sendo assim, podemos ver que as ações caritativas concebidas por essas casas, transmitiam valores e princípios para uma vida em sociedade. Entretanto, garantia-se também para as elites que por vezes sustentavam tais casas, que os pobres andariam no caminho traçado por elas, como afirma Faria Filho (2003).

Assim, associando ao caso do crime do infanticídio, Maria Amália Vaz de Carvalho culpa “A sociedade, é verdade que a não tinha educado” (Carvalho, 1890, p.263). É, porém, um raciocínio defensivo o que a leva a considerar a sociedade como a responsável parcial pela personalidade criminosa, procurando o problema nas raízes da educação escolar e na educação para uma vida social. Deste modo, conduz o texto para destacar a vítima acerca da ausência da proteção e da educação: “além de não educarem, também não a protegeram” (Carvalho, 1890, p.263).

Ao constatar a ocorrência de um crime tão bárbaro, só resta à sociedade punir a criminosa. Entretanto, a punição, por si, não a reeduca. No tribunal, à personagem reconhece que a criança é o seu filho, distinguindo-se dois momentos: o primeiro momento em que ela não reconhece-o, e o segundo momento em que ela reconhece-o. Quando estava debaixo da perseguição da polícia e da sociedade, “perseguida como uma besta fera era verdade que o tinha atirado fora, ao rio, ao monturo, como um animal morto, como um detrito apodrecido... Mas via o agora e parecia-lhe tão lindo” (Carvalho, 1890, p.263).

Maria Amália Vaz de Carvalho é diferente de outras que também passaram por isso, pelo fato de que os atributos de uma retrospectiva ressaltam aos seus olhos. As angústias da personagem ficam próximas do leitor. O desejo pelo filho é um traço importante que marca o seu comportamento a partir de agora. A autora afirma: “Saíra-lhe das entranhas numa hora inolvidável de maldição e pavor” (Carvalho, 1890, p.263).

Entretanto, sublinhamos que ainda não se sabia a sentença. Para tal mãe ‘agora’ o filho parecia-lhe tão lindo, tão mimoso, tão diverso. Quando a criança sem nome sai de suas entranhas, no tempo passado, era um ser “faminto, acusador e desgraçado”, ao ponto dela ser obrigada a expulsá-lo de si. As influências ficam claras quando Maria Amália Vaz de Carvalho retrata o meio em que esta mãe se encontra. Ela não é mãe e não quer um filho. Essa miséria a representa como um bicho. Maria Amália Vaz de Carvalho quer mostrar que a sociedade está a criar monstros. Quando ela ia “pedir pão a troco de trabalho, um teto que a abrigasse” (Carvalho, 1890, p.263), expulsavam-na. .

Maria Amália Vaz de Carvalho afirma: “A única força que ela conhecia porque era a única a que passivamente se curvara sempre” (Carvalho, 1890, p.264). Explicita a condição de mulher rejeitada pela sociedade. De repente, a mulher desatou a chorar e pediu que lhe dessem “aquele pedacinho de carne tenra e limpa, macia e mimosa, que lhe saíra do seio dilacerado” (Carvalho, 1890, p.264) para que ela o beijasse.

Logo em seguida a Lei será cumprida e o veredito entregue. A agonia da personagem, e a condição de marginalidade não traz redenção. Maria Amália Vaz de Carvalho diz: “A lei cumpriu o seu dever punindo o monstro” (Carvalho, 1890, p.265). Em contrapartida, a personagem também não tenta ter o filho de volta. O sentimento de vítima não desencadeia na personagem o sentimento de luta. A passividade é retratada no momento de maior pressão. Quando pede para ter seu filho é com o propósito de beijá-lo, de sentir a “doçura inefável inexplicável e fresca do seu contato purificador” (Carvalho, 1890, p.265).

Em nenhum momento do texto a criança ou a mãe possuem nomes próprios. Mas também a escritora dá-lhes um tratamento de tipo social parecido com o que acontece na narrativa realista. A falta de nomes evidencia o quanto à margem da sociedade eles estão. Em seguida, a escritora encaminha o leitor para a consciência individual moral, para o âmbito da capacidade de questionar: “não será também dever moral de todos nós os que pensamos, perguntar como é que estas anomalias se produzem?” (Carvalho, 1890, p.265). O desejo de entender para si mesmo e ir além é ter capacidade de explicar a causa que a determina.

Neste caso, duas atitudes se entrelaçam: o ato criminoso e a apatia da sociedade no que antecede o crime. Para Maria Amália Vaz de Carvalho há uma

lacuna. Onde estava a sociedade com sua moral? Há uma tentativa com este texto de provocar no coração dos homens além da Justiça que pune, condena e prende também a comiseração intimista, no caso dos que professam fé religiosa “àquela comiseração suavíssima, aquela piedade redentora sem as quais toda a justiça é incompleta e é ineficaz” ((Carvalho, 1890, p.265).

Para que este crime do infanticídio tenha se tornado um dos crimes mais vulgares da sociedade contemporânea, um daqueles que os tribunais têm mais frequentemente de julgar e de punir, é necessário que mais de uma causa fortíssima concorra para tão antinatural e lastimoso resultado, afirma Maria Amália Vaz de Carvalho, com todo peso semântico como, por exemplo, “antinatural e lastimoso” (Carvalho, 1890, p.265).

Trabalhar as inquietações que tais qualificações provocam, conduz a uma dicotomia psicológica que leva que o infanticídio, seja visto como justificável. A personagem mãe mais uma vez é vista como vítima, confirmando, assim, a apresentação de causas para respaldar tal intento.

Em primeiro lugar é apresentado o fato de a personagem mãe fazer parte do leque de mulheres abandonadas pelos homens quando grávidas, retratando a “infame covardia” do abandono praticado pelos homens e sublinhando que são raríssimos os casos em que a mãe abandona o filho, sem que o pai da criança a não tenha abandonado.

A visão de Maria Amália Vaz de Carvalho neste ponto é imparcial. Ela somente atesta os acontecimentos com sua franqueza e sinceridade sentimental, no entanto, não omite o erro da mulher em não medir as consequências de uma gravidez não planeada. Assim, defende que o orgulho de ser mãe será mais evidente quando a

mulher tem o homem ao seu lado a “compensar-lhe todas as vergonhas e a contrabalançar todos os desrezos do mundo” (Carvalho, 1890, p.266).

A apresentação da personagem mãe como vítima não é um incentivo para ela fazer o que quiser, mas para a sociedade refletir sobre a ausência de apoio:

Mas já algum dos felizes da terra, mas já alguma das alegres e triunfantes mulheres - que passam tendo o mundo aos pés da sua virtude orgulhosa e da sua respeitabilidade impoluta, - pensou no que é o destino, desgraçado entre todos, da pobre mulher do povo, muito menos protegida do que a mulher de outras classes, e que por uma fatalidade de paixão ou de outra qualquer espécie, se vê com um filho nos braços, no mais absoluto desamparo moral e physico?! (Carvalho, 1890, p.266-267).

Dois adjetivos chamam a atenção: “orgulhosa” e “impoluta”, os quais rotulam as mulheres das classes abastadas como possuidoras de uma moralidade impecável, contudo, esta moralidade não reflete os deveres sociais que neste caso são primordiais. A questão prende-se, assim, com a falta de solidariedade das classes mais abastadas face às mais pobres.

A personagem possui um destino desgraçado, que não pode ser alterado. Em nenhum momento a autora encara-o com possibilidade de alteração. A personagem é pobre e do povo e é constantemente vista como inferior. Afirma a autora “E, parece-me que se todos que têm um critério superior, uma inteligência cultivada, uma alma aberta à simpatia, e à elevada compreensão das coisas, se inspirarem desta piedade serena e melancólica, e colhessem nela a sugestão superior, do seu destino, o mundo talvez melhorasse um pouco” (Carvalho, 1890, p.269).

A autora, ao mesmo tempo em que observa a desumanização humana, a violência, a miséria e a pobreza, arrasta com certa melancolia um ar de esperança e

de melhora. “É por isso que eu sinto ao mesmo tempo repugnância e dó ao ler a história do julgamento de antes de ontem” (Carvalho, 1890, p.269).

Há uma expectativa de transformações, há um desejo de cultivar o desenvolvimento do homem: “Em face deste crime, por exemplo, se experimento a repulsão mais profunda, sinto igualmente imensa piedade pelo estado de animalidade inferior em que vejo submersa uma parte numerosa da minha espécie” (Carvalho, 1890, p.269 - 270).

As oscilações entre esperança e desesperança marcam todo o percurso: o orgulho e a decepção, o ânimo e o desânimo, o inferior e o superior, o humano e o animal, o hibridismo marca essa fluidez das relações interpessoais no texto. A angústia não só é um sentimento da personagem, mas também da autora. A qual busca espalhar através dos seus questionamentos e inquietudes a “emancipação definitiva da alma humana” (Carvalho, 1890, p.270).

Os verbos sentir e trabalhar são usados para colocar inferiores e superiores como iguais. O sentimento mistura-nos e o trabalho iguala-nos: “entendo eu que todos deviam sentir e trabalhar para emancipação da alma humana” (Carvalho, 1890, p.270).

Como temos vindo a verificar, as justificações e razões que a autora vai tentando articular para o intento criminoso, num discurso que percorre por todo texto e que permanentemente estabelece diálogo com sua própria consciência vai sendo desenvolvido a partir do fracasso da segunda tentativa de matar o filho, pois o intento criminoso não somente espanta pelo crime, mas pela insistência em tal atitude, como afirma Maria Amália Vaz de Carvalho:

A criança, segunda vez salva por uns pescadores que a sentiram cair e debater-se no asqueroso leito, em que o carinho materno a precipitara, ---- de tal modo estava predestinada para alguma existência excepcional, que el-rei encarregou-se de a mandar criar e educar ; e é hoje, sob a égide do seu régio protector , que esta vida, que se julgava destinada aos desamparos trágicos, a uma herança fatal de objeções e crimes, se está placidamente e docemente desenvolvendo-se. (Carvalho, 1890, p. 258).

Diante de tais reflexões podemos ressaltar que a educação, a caridade e o amparo encontram de forma inesperada esta criança. Não chamando atenção para aplaudir a caridade casual, mas para compartilhar um feixe de esperança na emancipação da alma humana que a escritora tanto evoca.

Capítulo 3: *Hibridismo da noção de caridade: Analogias e Trânsitos.*

Destacamos neste capítulo os textos que nos parecem relevantes quanto à noção de caridade e depois vejamos como tais textos estabelecem-se por analogias e trânsitos. Obras como *Cartas a Luísa, Mulheres e Crianças, Chronicas de Valentina, Coisas D' Agora e Arabescos* trazem uma linguagem informal entrelaçada em um discurso poético.

Desta forma constrói uma proximidade com o leitor. Sua obra debruça-se sobre a instrução feminina e a perspectiva social. A autora caracteriza-se por traçar paralelos, criar analogias, e apropriar-se das suas leituras para composição dos textos que defendia e acreditava. Possui a missão social de desconstruir ideias acerca da educação feminina e das transformações sociais.

As mulheres pertencentes a elite não eram associadas às mulheres educadas. Acreditava-se que a nova forma social, a qual consistia em motivar as mulheres ao aprendizado da dança, estimulá-las a ocuparem os salões, apresentando-se enfeitadas ao lado do homem e ao seu dispor, representaria o progresso, entretanto na visão da autora, afirmava-se instalar um desastre moral.

Assim, temos como objetivo, partir do texto “O Hospital das Crianças e as Irmãs de Caridade”, o qual constitui-se em uma crítica social denunciativa que aborda pensamentos e indagações da escritora, no que diz respeito à moderna transformação da caridade e da educação feminina.

Analisando a figura da mulher nas obras de Maria Amália percebe-se a preocupação da autora, quanto às interferências do papel da mulher no contexto social. Por exemplo, veremos na obra *Mulheres e Crianças* a crítica de Maria Amália

ao luxo, ao desperdício, à mulher que não se preocupa em economizar ou que não entende o lugar de cuidadora da família. São mencionados como peças centrais da vida social que chamam atenção na moralização feminina. Deste modo, através de analogias tanto no texto “O hospital das Creanças e as Irmãs de Caridade” na obra *Chronicas de Valentina* e no texto “A caridade” na obra *Cartas a Luísa* a autora busca estabelecer e demonstrar o amor pelas irmãs de caridade e pelo seu serviço.

A preocupação com a educação feminina faz da escritora uma criadora de parâmetros, que podem enquadrar o bem estar social e o entendimento do dever da mulher. Deste modo, o cruzamento das ideias a respeito da forma de cuidar do que sofre, do pobre, do que pratica crimes, do que não nasce em um lar estruturado circundam a discussão sobre novas perspectivas acerca da condição social.

Dividiremos o capítulo três em dois subcapítulos. O primeiro dedica-se ao hibridismo da noção de caridade, e o segundo às analogias e trânsitos entre a solidariedade e o amor patriótico diretamente ligado à caridade.

O caráter de tais textos evidencia a originalidade relativa à problemática ressaltada e aborda o cruzamento de ideias acerca da moderna transformação da caridade. O hospital, na crônica “O hospital das creanças e as irmãs de caridade”, representa um lugar institucional para a criança que sofre. Tal estrutura demonstra a funcionalidade e o papel das irmãs de caridade como um “egoísmo superior” e o da enfermeira por modo de vida como o amor ao lucro.

A solidariedade e o patriotismo aparecem na obra *Cartas a Luísa* comparados à caridade como forma de amor.

3.1 *A noção de caridade versus condição social*

A crônica “O Hospital das Crianças e as Irmãs de Caridade” na obra *Chronicas de Valentina* inicia-se com o anúncio da novidade: semana em que será realizada uma “Kermesse” em favor do Hospital das crianças. A autora encontra na “Kermesse” o pretexto para abordar a temática da caridade.

Já na obra *Cartas a Luísa* a crônica “Quem são os Pobres” destaca o pensamento do poeta lírico francês Bandeville, o qual afirma: “é que na época que estamos presentemente atravessando, não há ninguém verdadeiramente rico-a não serem os pobres!”.

De acordo com Brandão (1984), a figura do pobre e a temática da miséria socioeconômica foram ferramentas romanescas e poéticas que se inseriram na literatura oitocentista europeia. A industrialização crescente, as conquistas da ciência, o progresso da burguesia, instauraram a esperança de uma sociedade mais justa e fraterna, no entanto, as contradições sociais e ideológicas no modo de produção burguês contribuíram, por outro lado, para um desencanto.

A crônica expressa uma sensação de cansaço. A autora repete o que já mais de uma vez dissera sobre a “moderna transformação da caridade”, englobando revolta e aceitação. Em um momento, a autora reconhece a caridade como “necessidade fatal do nosso tempo”²³, já em outro, rejeitava-a veementemente. A

²³ Castro, 1867, p.19-20 Diante de tal reflexão. Vieira de Castro aborda acerca de considerações sobre a necessidade ou conveniência da discussão sobre a caridade. Castro questiona: “Necessidade? Perguntarão talvez admirados. Pois é necessário definir a caridade e demonstrar sua influência? a tal pergunta ele deixa claro, que sua resposta é: sim! A caridade também teve seus inimigos. Todos os têm. É uma lei fatal, a que é loucura fugir, e não sei se covardia. Pode muitas vezes a ferocidade do destino arredar de uns olhos cansados os oásis que o Senhor das misericórdias reserva em todos os desertos para todos os infelizes;

moderna transformação da caridade suscita em si sentimentos contraditórios: ora de pessimismo, para com o que denomina modernidade, ora de rendição, porque consegue ver a profundidade da necessidade.

O olhar da autora é colocado como árbitro essencial ao seu discurso. Maria Amália reconhece que o socorro necessário está a alcançar o necessitado. Contudo, discute se o modo como o socorro está a ser prestado será o adequado: “Vendo através dos óculos negros do meu pessimismo que ainda não é crónico graças à Providência” (Carvalho, 1890, p.313). Na afirmação acima, o vocábulo “ainda” sublinha o pessimismo da autora no processo de transformação do modo de fazer caridade.

Decididamente, o seu discurso inicial é incerto quanto ao modo como se exerce a caridade. “Há um não sei quê de triste nesta compreensão, que faz da caridade que temos com os que sofrem um motivo, para não dizer um pretexto do nosso gozo e da nossa distração” (Carvalho, 1890, p.314). Diante de tal afirmação, a autora transfere o seu olhar agora, para uma reflexão crítica sobre os que possuem bens, os ricos, e para a motivação com que executam a caridade.

Raul Brandão em *Os Operários*. cita Eça:

É desde então que grandes forças sociais como são a Igreja, a Literatura, a Arte começaram a preocupar-se com o pobre e a espalhar nas almas, cada uma pelo meio que lhe é próprio, a salutar lição, não só da bondade ativa e militante, mas do renunciamento, de um verdadeiro renunciamento social, em que os ricos se despojem para que chegue a todos um pouco do pão da terra (Brandão, 1984, p.22).

mas não há, nem houve nunca, estrela por mais benéfica, a cuja luz recuasse os bandidos de todas as reputações e de todos os tempos!”.

A compreensão da importância da realização da kermesse em favor do hospital das crianças é notória para aqueles que possuem bens. Entretanto, a classificação do como se fazer à caridade é triste, ao ponto da motivação pertencer ao campo do sentimento fútil, do ego elevado, que desencadeia a caridade somente pela alegria ou distração.

Na obra *A arte de viver na sociedade* a autora explicita o rumo que a própria educação feminina está tomando. Para tal, Maria Amália Vaz de Carvalho afirma: “A vida de família, as virtudes domésticas tão queridas no nosso tempo, estão, é fora de dúvida, na sombra. Sempre em cena, a mulher pertence ao teatro em que brilha, é escrava da obrigação que contraiu” (Carvalho, 1901, p.30).

Para exemplificarmos, verificamos aspectos que desviam, na concepção da autora, a mulher do caráter basilar da família. O luxo, o desperdício, o exagero, a futilidade, e a superficialidade são alguns aspectos que menciona na sua obra *Mulheres e Crianças*²⁴ (1938):

Há coisas inúteis que hoje se consideram ainda partes integrantes de uma educação perfeita: a dança, um talento absolutamente dispensável, que nas meninas só serve para desenvolver a garridice, e o desejo de brilhar e de agradar; a tapeçaria, um pretexto fútil para estragar o tempo. Enquanto a mão vai preguiçosamente bordando a talagarça, a fantasia irrequieta da mulher, da criança, corre e voa por montes e vales, à procura de um vedado ou de um impossível ideal. Chama-se a este gênero especial de trabalho feminino a hipocrisia da preguiça. (Carvalho, 1938, p 46-47)

²⁴ Evidencia o comportamento inútil e nocivo além de denominar como trabalho feminino da hipocrisia da preguiça. Logo, o primeiro cuidado de toda mãe vaidosa, ilustrada ou medíocre é que suas filhas aprendam a tocar piano e sejam educadas com matérias como história, música, as línguas, geografia e matemática.

Constata-se a necessidade em fazer uma seleção ao que realmente prepararia a menina para ser uma mulher educada. Assim, o conceito de educação para a autora trata-se de inverter a ordem de prioridades do que se sabe, e encarar o que não sabe pela via de desejar aprender, até aspirar a uma vida diferente da que tem possuído. A educação que Maria Amália propõe é defendida como detentora de vantagens. Consiste em uma mudança no modo de ver, pensar e sentir as obrigações e os direitos da mulher.

A partir da exposição de suas crenças também faz parte a caridade comparada a uma ferramenta que privilegia a sociedade. Sendo assim, desejamos provar que Maria Amália deve ser retratada também pela perspectiva social caridosa.

Parece ser transversal nos textos aqui estudados a importância para a escritora em refletir sobre ferramentas sociais e as diferentes classes sociais. Maria Amália Vaz de Carvalho não era somente uma escritora intimista, mas também reflexiva. Suas crônicas configuram sua escrita através do gênero jornalístico, acompanhando, com intensidade, os acontecimentos que perpassam no cotidiano da sociedade. Retomando o texto “O Hospital de Crianças e as Irmãs de Caridade” Maria Amália Vaz de Carvalho diz: “Mas provado como está, que é esse um dos meios mais eficazes, senão o mais poderoso, de tornar avultado o pecúlio que se consagra aos pobres, para que não aceitá-lo, e não compreendê-lo benevolmente?” (Carvalho, 1938, p 46-47).

Logo, caracteriza os atos de caridade dos ricos como eficazes. Deste modo, a necessidade da sociedade em que os ricos pratiquem a caridade, independentemente das suas motivações, será inevitável. Estabelece-se, assim, uma conexão entre o que é eficaz e o que é inevitável:

Este milk of humans tenderness derramado pela face da terra, deve reconciliar-nos com as inevitáveis durezas da vida. Não direi que o mundo esteja por ora muito bem feito, tal como está, acusa ainda assim um grande progresso na humanidade e no amor do próximo (Carvalho, 1890, p. 314)

A autora anseia pelo progresso da humanidade e por uma forma de trazer redenção à mesma. Para a autora, a igualdade é uma utopia, um lugar social colocado como um “paradoxo impossível” (Carvalho, 1938). O desejo de obter o que o outro possui permeia as inadequações de ser humano. É interessante observar a questão do sonho no campo do texto literário. O caráter literário do sonho encontra no texto um lugar de interlocutor. “Eu bem sei que o sonho dos humanitários, que a visão dos filósofos²⁵, é um estado de sociedade, em que a justiça distributiva dispense absolutamente a caridade” (Carvalho, 1890, p.315).

A “caridade não é somente a esmola!” (Carvalho, 1890). Afirmar o que a caridade não é, causa muito mais impacto do que dizer do que ela se trata. Desta forma, retrata a expectativa de reverter o entendimento da caridade para uma prática somente ligada à entrega de bens materiais²⁶. A autora descreve os pensamentos dos

²⁵Castro, 1867, p.31-32. “A filosofia manifestou-se francamente egoísta, e nem sequer lhe faltou à palavra autorizada de Aristóteles insinuando aos gregos que a cólera e a vingança eram paixões legítimas. E com que pena eu tenho de confessar-lhes meus senhores, que o mesmo Platão e o mesmo Cícero que já agora não é divino, se deixaram também cair nas insídias do mesmo egoísmo!”.

²⁶ Castro, 1867, p. 16. Diz: Para falar da caridade, que é a formosura mais desordenada que se conhece, e por isso mais elegante na sua majestade de bem fazer; da caridade que não se veste que não se enfeita que não procura jóias, nem opulências, nem luxos, nem faustos, quando é preciso correr ao tugúrio do pobre, bater fremente à porta das angústias agonizantes da fome, debruçar-se compassiva sobre a cabeceira dos hospitais, repartir confortos pelos inválidos do trabalho, chegar com os fios de suas teias às tendas da guerra, e logo depois, se bala covarde a não colheu no tráfego santo, levar ainda as economias de sua alma aos institutos educadores da puerícia! Sim, senhores, que a caridade tanto está ao lado dos que combatem como ao pé dos que aprendem para combater!

filósofos e humanitários que estão à sua volta e que tentam contrariá-la. No entanto, o texto dá espaço para que o leitor reflita sobre este processo. Depois descreve o que a caridade é: “A graça de uma palavra indulgente, é o perdão generoso de um erro, é o beijo que se dá nas chagas de Jó, é o manto que se atira sobre o corpo sangrento do leproso!” (Carvalho, 1890, p.315).

A caridade começa já aqui a ganhar uma visibilidade, não só do ponto de vista do necessitado, e da obrigação ou não do rico, mas como o elemento de preservação da sociedade²⁷. “Deus me livre de uma terra tão perfeita, de uma sociedade tão simetricamente organizada, que desdenhe um dos elementos mais preciosos da sua conservação e da sua virtude” (Carvalho, 1890, p.315).

Raul Brandão (1984) ao citar Eça (1895)²⁸ por seu lado afirma:

²⁷Castro, 1867, p.24-25. “A caridade é o amor fora de nós: É o amor das almas boas em romaria piedosa pelas almas aflitas. Quando nasceu este sentimento? quando nasceu o primeiro homem. A caridade é um sentimento inato de todos os seres, coevo de todos os tempos, filho e irmão de todas as idades. Consideremo-la primeiro como instinto, que é o que ela é ao princípio, ao lado do instinto de conservação. Foram realmente, senhores, estes dois nobilíssimos instintos que Deus põe na formação da criatura humana. Necessidade de viver, necessidade de amar, eis aí os dois impulsos morais de todo o homem, e as duas supremas forças destinadas a ser eternamente a base da harmonia do mundo moral. Necessidade de amar ao lado da necessidade de viver, por que é irrefutável que nenhum homem, ainda o mais cru, pôde ficar imóvel a sucessão das dores estranhas;”.

²⁸ Contemporâneo de Eça em sua obra *Os Pobres* defende o pobre ao citar Eça. Nas suas cartas familiares de Paris (1895) não era menos crítico a estrutura econômica social vigente na europa. Dois escritores intelectuais que nos fazem refletir sobre a crise ideológica que se configura em uma inadequação entre um modelo ético e a prática social dominante. A secularização progressiva da sociedade e o declínio da consciência religiosa operando com as revoluções democrático-burguesas e o desenvolvimento do positivismo tinham aberto um vazio ético difícil de preencher. Na ausência de um centro, de uma referência fundamental que instituisse modelos transcendentos de comportamento, que radicasse as regras e a reativasse os mitos condutores, o homem via-se desnudo, desencarnado, num universo vazio e despovoado de sinais sagrados, entregue apenas a cupidez, ao egoísmo e à mediocridade prosaica.

Todos tínhamos com efeito esquecido o pobre, nesta grande ilusão e deslumbramento do progresso material que nos absorveu e obcecou por setenta anos. Enganados pela ciência, embrulhados nas sutilezas balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica. (Brandão, 1984,p.10)

A obra *Chronicas de Valentina* não se baseia em visões abstratas, todavia, permanece subjacente a todo o discurso, acerca do que sofre, do que precisa ou depende de outros para obterem cuidados.

Neste momento da obra, Maria Amália vai refletir sobre o lugar social da mãe que é obrigada pelas “durezas da vida” a ver o seu filho sofrer no hospital. Primeiro seus pensamentos são tristes e carregados de melancolia, perante a dualidade sentida pela mãe ao saber da existência de um hospital de crianças, em segundo, os corações das mulheres revoltam-se diante de uma criança que sofre.

A dualidade de refletir sobre o lugar da mãe é marcada por uma urgência de já no próximo parágrafo transferir para o interlocutor uma pergunta em tom de julgamento: “Quem não viu sofrer uma criança ignora o mais requintado, talvez dos suplícios com que o destino favorece o pobre coração das mulheres” (Carvalho, 1890, p.315). Por todo o percurso do texto é presente o tom de disciplinadora social.

Porque a doença com o seu cortejo de agonias e de fantasmas febris, com o acompanhamento de todas as suas torturas físicas de um materialismo grosseiro, é feita para os que têm alguma coisa a expiar, alguma coisa de que serem perdoados! (Carvalho, 1890, p.316 - 317)

No Antigo Testamento Bíblico a palavra expiar significa cobrir pecados. Tal cobertura pertencia a um ritual sagrado da religião judaico-cristã, no qual a

autoridade espiritual transmitia para um animal todas as doenças, pelo período de um ano, e dessa forma toda a tribo estava protegida e os pecados perdoados e se algum indivíduo transgredisse alguma lei estaria propenso a doenças, enfermidades e falta de colheita das suas plantações. Maria Amália configura a doença como uma penitência.

O aspecto religioso é abordado em sua obra na linguagem, na expressão da organização social e como consolo para as dificuldades que a vida traz.

Sua doutrinação transmitia uma condução pela via religiosa, não que seus ensinamentos educacionais fizessem de todas as mulheres freiras, pelo contrário, cultivava-se o ensino para serem boas donas de casa, esposas, e mães. Além disso, a sua doutrinação era expressa como benefício para as mulheres, demonstrando que já se encontrava tão inserida na sua formação como indivíduo, que se justificava perante a sua forma de olhar para a caridade.

O lugar social denominado “Hospital de Creanças” não representava somente um lugar onde conhecimentos científicos sobre o funcionamento e cuidado do corpo ocorreriam, mas também a simpatia que a irmã de caridade nutria pela criança.

Este Hospital representa para Maria Amália o sentir da dor para uma criança, e o sentir da dor para quem é de fato mãe. Os papéis sociais de ser criança e de ser mãe são centrais neste texto. A figura da criança no texto é associada a um anjo. Para Maria Amália, a ingenuidade, o martírio de a doença ser imerecida, o carinho que as crianças recebem neste tempo, todas estas ocorrências servem também para que Maria Amália, interponha-se em defesa das crianças que não têm mãe.

Trazer, por isso, à tona como o fardo pode ser ainda mais pesado para tal criança. “Mas a criança que geme no hospital, que sofre no hospital, que não tem

mãe que vele e lhe chore à cabeceira, oh! Como é necessário que ela seja acarinhada, para esquecer quanto lhe falta!” (Carvalho, 1980, p.319).

A ausência da dor pode não ocorrer devido ao grau da doença de cada criança, mas sua dor pode ser aliviada pelo carinho recebido. Seu cuidado e anseio pelo bem estar da criança é profundo. Seu texto não é biográfico, mas seu envolvimento pela paixão com que escreve fascina o leitor, pela intensidade com que sua escrita se insere no seu imaginário. A escritora enfatiza o papel das mães na amenização do sofrimento da criança, evocando a imagem da criança que está deitada num bercinho de rendas, e que tem ao lado o coração ansioso de sua mãe.

Estabelece-se na primeira pessoa o seu estado de espírito, o qual sofrerá uma flutuação para uma postura de debate acerca das opiniões que desafiam a forma de governo do hospital de crianças.

Eu sou decididamente da opinião dos que não admitem a enfermeira venal, a enfermeira por modo de vida! Se eu governasse todo o hospital seria servido por irmãs de caridade. Já me têm querido lapidar por livre pensadora (que Deus me defenda de ser); Já me têm castigado asperamente, chamando-me ultramontana e reacionária (que nunca fui), portanto seja o que for que a este respeito pensem de mim, devo confessar que esse critério falso por força será *le cadet de mês soucis*” (Carvalho, 1890, p.319)

Em seguida afirma: “O que sempre pensei a esse respeito penso ainda” (Carvalho, 1980, p.319). O critério atemporal do seu pensamento não identifica quando começou a pensar assim, e também não mostra a influência que recebeu, mas a ênfase está na capacidade e liberdade da autonomia que envolve o seu pensar. Maria Amália é uma mulher pensante. O pensar é a sua marca. O pensamento é agarrado a uma convicção não do que seja melhor, mas de um sentimento de posse.

Maria Amália apropria-se do seu pensar. Poderia não ter posses financeiras, poderia não ter posse de uma liberdade moral individual sem interferências masculinizantes, entretanto, não se abstinha de pensar.

A expressão “penso ainda” (Carvalho, 1980, p.319) referida no texto anterior, denota a continuidade do seu pensamento, o qual não apresenta bloqueios. Com a coragem abraçada ao seu pensar, caminha com a intrepidez de dizer o que pensa. Entre o pensamento e fala de Maria Amália põe-se a capacidade de descrever com paixão o que pensa.

Assim, expõe com veemência seu pensamento sobre as irmãs de caridade: “Para mim não há figura mais doce, mais simpática e mais querida do que a representada por uma irmã de caridade” (Carvalho, 1890, p.320). A singeleza com que trata tais irmãs, a doçura de suas palavras para nomeá-las, sintetiza o apreço e amor pelo qual faz com que as irmãs de caridade sejam valorizadas. A questão desenvolve-se associando a imagem da irmã de caridade ao arquétipo do que é ser mãe, como se estivesse nas mãos de quem está perto de Deus, e tudo irá resolver-se. Além disso, absorve a tranquilidade de transferir seus filhos para as mãos de quem reconhece possuir convicções maiores que o amor das suas próprias vidas.

O ambiente familiar do lar e a paixão que a mulher deve ter do seu lar, são direcionados quando a autora vê a paixão com que uma irmã de caridade se entrega a um ser humano, com o qual não possui nenhum vínculo. Contudo, seu cuidado se estabelecerá como imagem do que define por doar ou entregar-se.

A mulher deve dominar, a mulher deve governar, no entanto, seu domínio e governo devem limitar-se ao saber dar-se em favor da sua família, dos fracos, dos

menos favorecidos, ou dos que sofrem. A figura da mãe é comparada a imagem da irmã de caridade.

A mulher seria espelho para outras, e aprovada pelas outras, tanto quanto conseguisse refletir tal admiração. A figura feminina não deveria acompanhar em sua rotina as modas. A mulher como espelho não seguirá ondas que vêm e vão. Ela pode ser regra para outras, garantir a educação dos filhos, semeando para colher uma sociedade estruturada. Maria Amália afirma:

No tempo em que a troça voltaireana era moda, o que se não disse d'elas, das obscuras, nobres e heroicas criaturas, e que a ideia da bem aventurança futura- sonho, segundo uns , verdade tangível, segundo outros- leva a dedicarem-se pelos que sofrem , a servirem os que não têm ninguém, a ensinarem as crianças, a amarem os pobres, a pensarem as feridas, a curarem os lázaros, pondo nesta missão toda a violência apaixonada de sentir, toda a vibrante intensidade de amor, que a mulher põe nas coisas que lhe absorvem a vida! (Carvalho, 1890, p.320).

Lopes (1988),²⁹ em sua obra *Notas para o estudo do papel social da mãe: Representações e normas no Teatro de Manoel de Figueiredo* procura absorver o sentido de responsabilidade em Manoel de Figueiredo acerca das relações familiares. Aborda o relacionamento de pais e filhos, de marido e mulher, onde ganha material para evidenciar a ação reformadora da educação. A mãe ideal será a mãe educadora.

A caridade como serviço prestado ao doente cria bases para relações interpessoais, configurando outras faces da caridade para Maria Amália.

²⁹ Lopes, 1988, p.95. No artigo *Notas para o Estudo do Papel Social da Mãe: Representações e Normas no Teatro de Manoel de Figueiredo* consistem em destacar o papel da mãe através da análise da obra teatral deste autor citado. Sendo assim Lopes afirma: “Ser boa mãe implicava desempenhar funções que hoje não remetem para esse conceito. A imagem da mãe no Teatro de Manoel de Figueiredo é pouco lisonjeira, representada falhando em grande parte as suas obrigações, que nem sempre surgem perfeitamente clarificadas”.

A caridade é representada pelas irmãs de caridade, e o cumprimento do seu papel social é servir. O servir não como um direito de justiça, no entanto, um dever social³⁰. Para Maria Amália a forma de serviço que é prestada pelas irmãs de caridade é muito importante para o desenvolvimento da sociedade e não admitir a enfermeira por modo de vida traz para o texto o hibridismo acerca da noção da caridade.

Em seguida a obra apresentará críticas que são levantadas contra o papel das irmãs de caridade. A autora justificará a sua defesa em favor delas. O sentimento de egoísmo é expresso no texto em contraste com o amor ao lucro. As irmãs de caridade transmitem para a escritora, pureza, doação e beneficência, entretanto, ela também verá o egoísmo, e nos permite analisar que este egoísmo que reside nas irmãs de caridade, de certa forma é o que rege este novo século.

Raul Brandão³¹ afirma:

É pena que assim seja, mas não se pode negar que assim é: as meias religiões, as congregações sem clausura e sem votos perpétuos, sabem dar ao seu pessoal aptidões, merecimentos, virtudes, que não se adquirem em nenhuma escola ou instituto secular; e são as qualidades úteis desse pessoal, e não seu caráter religioso, que o têm feito receber, espalhar-se, ser estimado. Há irmãs de caridade – chamemos –lhes assim- em tantos hospitais, escolas e asilos, não por serem modelos de devoção,, mas por não se encontrar quem preste serviços mais dedicados e mais baratos do que elas (Brandão, 1984, p.116).

³⁰ Castro, 1867, p.32. Diz: “Aquele divino Cícero escreveu depois, no seu livro de officis, que a Caridade era, sobretudo, excelente nos seus efeitos civil aquela mesma caridade que ele só via a pouco tão primorosa, quando esmaltada pelo desinteresse e pela abnegação! Venceu, pois todo o egoísmo filosófico, e eis aqui porque eu chamei tenuíssimo ao auxílio prestado pela filosofia dos antigos à Caridade”.

³¹ As irmãs na ótica da pobreza e miséria que constituía paralelamente a entrada das novas tecnológicas faziam-se na sociedade mais necessárias, do que um fator para discussão social. A sua devoção no olhar de Brandão deveria ser colocada de lado diante das urgências que a sociedade pobre e miserável acumulava.

A modernidade que aproxima o homem da vida mais confortável, proveniente de avanços, todavia, justifica-se pelo egoísmo que desenvolve uma força de trabalho, que Maria Amália denominou como único motor do progresso humano, da ação humana, do sentimento humano. Sendo assim, a construção da imagem das irmãs vai-se ampliando, como um desejo de progresso da sociedade e não retrocesso.

Olhar para os que sofrem constituiu-se por duas vias: o de aproximar-se pelo egoísmo altruísta, e o afastar-se pelo amor ao lucro. Maria Amália afirma:

É um egoísmo supremo que as leva a esse permanente sacrifício – dizem os críticos, muito comodamente sentados nas suas poltronas! Meu Deus! Assim será! Mas de todos os egoísmos, que são o fundamento, a base, o único motor do progresso humano, da ação humana, do sentimento humano, o mais adorável egoísmo é este, que se lacera em todos os espinhos da estrada terrestre, atrás de um sonho ideal, inspirativo de sacrifícios inefáveis!. (Carvalho, 1890, p.320-321).

Se as dúvidas dos críticos pairasse sobre a mente do leitor para desviá-lo, a autora caminha pela via dos adjetivos enfáticos sobre as irmãs, e traz a discussão para o discurso argumentativo do que seria a definição do egoísmo altruísta traçando um fio condutor de análise para o esquecimento próprio. O leitor poderá analisar a postura dos críticos, não do lugar de pena das irmãs, de modo nenhum. Maria Amália cria uma estrutura sobre as irmãs de caridade, que perpassa o lugar de beata e freira resignada, que compete para alcançar, mais do que um lugar no céu, o lugar de mártir.

Que importa que visão da beatitude celeste, seja a que sobreidre toda a vida dessas obscuras mártires, se em nome dela elas não gozam de uma só regalia, não desfrutam um só prazer, não se impregnam de uma única voluptuosidade? Se a gente as vê, infatigáveis ao pé do leito dos mais repugnantes enfermos, no antro escuro das mais tenebrosas misérias, matando o corpo num trabalho improbo e tremendo, purificando a alma numa permanente e adorável imolação? (Carvalho, 1890, p.320-321).

As Irmãs de caridade: representação da figura da mãe.

Até às crianças, que nós as mães, adoramos, mas que tanto exacerbam e irritam a impaciência de quem não é mãe, quem é que as ensina, acolhe e entretém, como as doces virgens, cujas entranhas estéreis nunca palpitarão nas santas alegrias da maternidade, cuja alma solitária, só conheceu a doçura do peregrino esquecimento próprio (Carvalho, 1890, p.322)

O nunca ter sido mãe e tampouco demonstrar o desejo em ser, caracteriza um egoísmo superior na crônica. Representa a anulação do potencial da sua estrutura física. Todavia, exercer funções expressas com características evidentemente parentais demarca o valor dessas irmãs. A entrega e o despojamento são permeados para canalizar tal exercício a uma ideia moral.

Que superior egoísmo, não é este?...Comparado com o amor do lucro, que leva qualquer mulher do povo, a tomar por ofício o mister de enfermeira de hospital? Como veem, aceitei sem objeções os argumentos que me apresentam para amesquinhar a missão divina de irmã da caridade! Aceitei que fosse o egoísmo a origem de todo o seu sacrifício (Carvalho, 1890, p.322)

A escritora apresenta esta ideia moral como a noção esperançosa de um percurso significativo e uma reflexão para o progresso da sociedade. Tendo as irmãs de caridade como um exemplo de bondade, beneficência, caridade e sentimentos bons que devem ser exercidos na sociedade. As suas vidas são representadas pelo ideal imaginário de “mãe” inicia-se como uma oferta ao divino, da sua virgindade, e da sua vida inteira. A relevância desta trajetória dá-se pelo exemplo de irmãs que mesmo não sendo mães biologicamente exerceram tal função.

Outro ponto certamente forte nesta representação é a vigilância interior que elas exercem sobre si mesmas, e que reverte em benefício imediato do doente ou da criança. O fruto invisível da consciência enquanto elas trabalham orientam aspectos inerentes ao seu comportamento, seja ele bom ou mau, para que sendo assim, redunde no seu pagamento. Essa dependência da consciência traz essas irmãs para um lugar social, que as separa do lucro financeiro.

Deste modo, cria-se uma aproximação entre as irmãs de caridade e a imagem da mãe que cuida, sem o interesse por algo material, capaz de entregar-se pelo filho como uma devota. Maria Amália destaca que esta diferença somente basta para criar um abismo profundo, entre as irmãs de caridade, e a enfermeira paga.

Podemos também destacar a figura da mãe, segundo a visão que o texto constrói, a fim de compreendermos a distância, que esta tem da representação da figura da enfermeira paga. Outro aspecto que também queremos evidenciar é a relação de dependência que o filho tem da mãe, seja quando criança que não pode responder por si, ou quando doente.

O que decorre de tais analogias é o reforço em torno do seu pensamento. Maria Amália aceita o egoísmo como representação do sentimento de positividade, o qual é a origem de todo o sacrifício, realizado pelas irmãs, reconhecendo a relação delas com Deus. A crônica chega a um ponto que remete a um tempo que será inevitável na história humana³², no entanto, a escritora destaca como um tempo longínquo e remoto. Notemos que a crônica passa todo tempo a ideia de

³² Saldanha, 1859, p.4-5. Diz: “Assim como os monumentos mais sólidos da civilização estão levantados na história da religião, também não serão menos duradouros os que esta fez erguer pela caridade, excitadas pela aludidas epidemias, exercida pelos salvados, e de um modo especial pelos institutos religiosos que quiseram cuidar dos náufragos de tão medonha tempestade. Mas o que acontece? A que atinge o nosso reparo? As freiras e as irmãs da caridade foram desgastadas quando os seus serviços feitos à sociedade eram evidentes!”.

inacessibilidade da enfermeira paga, em relação “às irmãs de caridade”. Todavia, há um aspecto que a escritora aborda brevemente, mas que nos parece ser central a noção de caridade desajustada:

A triste verdade é esta: chegará talvez uma hora de civilização alta, em que a ideia da solidariedade humana, a compreensão da palavra humanidade amplificada e desenvolvida, virá substituir sem desvantagem grande os credos particulares, as noções religiosas extintas, tudo enfim que foi, e que já em tantas almas deixou de ser! Mas enquanto essa hora remota e longínqua não chegar, está às escuras todo o espaço do mundo, que a fé nos destinos imortais da alma humana não iluminar com a sua luz superior. Por isso eu amo *as irmãs de caridade*, as boas e simples mulheres que tudo ignoram da vida, menos as lágrimas que nela choram as dores que nelas está povoada, as misérias cujo desolador espetáculo enche a nossa alma de espanto! (Carvalho, 1890, p.323-324).

É altura de observar com atenção o choque com a realidade que a autora traz e a exposição do seu amor pelas irmãs de caridade.

Essa simplicidade e humanização na linguagem e no fazer literário é impressa como sua identidade romântica. O que suscita no leitor não poderá ser um pensar a partir da sua opinião, mas da marca da sua autenticidade. A verdade na escrita de Maria Amália condiciona-se como uma marca própria. Ela não liga às críticas. Ela quer que o leitor aproprie-se do pensar, contudo, um pensar moralizador.

Ferraz (1987), afirma que não se surpreende com um fazer literário que se transmute pela verdade e autenticidade. Portanto, reforça que o objetivo do escritor romântico seja ainda e cada vez mais a verdade, agora tornada autenticidade, uma autenticidade que se apresenta, dadas as circunstâncias principais, como o interesse do escritor em veicular seus pensamentos confessionais. Tal pensamento está explícito na menção que faz do apreço que tem por um segundo hospital que aparece

na obra como *Hospital do Rego* cujo destaque se justifica pela expressão do pensamento confessional.

O Hospital do Rego não me inspirava tanto afeto e tão profunda simpatia se eu não soubesse que é a alma maternal destas virgens de asas brancas, que ali protege e acarinha as criancinhas doentes [...] Bem sei o quanto é impopular confessar-se hoje uma pessoa, partidária incondicional das irmãs de caridade (Carvalho, 1890, p.324-325)

Compreende-se, deste modo, que o objeto do pensamento confessional, no qual o sujeito são as irmãs de caridade, retrata a inconformidade com o anticlericalismo que despontava. O crítico não encontra lugar para ser imparcial e a faculdade da crítica torna-se incompleta. A posse da força dos críticos constitui para a autora o desejo de ir para a periferia, para o lugar de transgressão.

Opiniões extremas tomam formas e representam um falso espírito, porém não há desejo de encontrar o absoluto. Em suma, no texto surge o momento do confronto inevitável. A verdade que submete a voz narrativa e os próprios pensamentos confrontam seu mundo. Seus pensamentos são carregados de sentimentos como paixão e amor, embora, agora apresente a verdade como triste

De acordo com Maria Amália (1890) existe uma verdade que é triste³³. A sua verdade é debatida pela sua própria consciência. A autoconscientização do autor/narrador é um encontro no espelho³⁴. Maria Amália assume um caráter de

³³ Devemos ressaltar, contudo, que embora haja um confronto de ideias, a possibilidade que a autora permite para a formação de um caráter próprio de demonstrar que não está em busca de verdade absoluta.

³⁴ Brandão, 1984, p.39. Guerra Junqueira na Carta Prefácio do livro *Os Pobres* de Raul Brandão cita “Homens de gosto colecionam quadros ou estátuas. O meu amigo colecionador. Não em galerias ou museus, como quem se dedica ao estudo biológico das várias formas de sofrer. Quando uma chaga aterradora o surpreende, não a envasilha num frasco, guarda-a no coração”. O poeta dos pobres não é um romancista. Alma do evocador

enxergar uma verdade que não é a sua, mas que se torna verdade para si. Trabalha com a hipótese da sua verdade, seu credo, seu entendimento acerca do papel das irmãs de caridade serem substituídos sem grande desvantagem. Isto marca um embate nas suas convicções, porém, afirma:

Eu, porém disse o que sentia, e como o sentia, sem invejar, o acre azedume com que de ambos os lados, vejo degladiarem-se os espíritos, que têm cada um de per si a ilusória esperança de encontrar no mundo essa coisa intangível chamada: o absoluto! (Carvalho, 1890, p.326)

Como investigação correlata trazemos também um fato na obra *Coisas D'Agora* (1912) com o capítulo intitulado “As irmãzinhas dos pobres”³⁵ que se caracteriza, por uma instituição de caridade fundada através de escolas e se mantém pelos cuidados voluntários de pessoas que foram se sensibilizando. Entretanto, a atenção da autora é destacada pela celebração da festa cívica do asilo de Campolide.

fluidicamente se desagrega nas almas de sonho que ele evoca. “Dir-se-iam espelhos, brancos, verdes ou azuis, planos, côncavos ou convexos, refletindo todos eles um único semblante que julgamos distinto, porque aparece deformado”.

³⁵ Maria Amália neste texto nos remete a pensar sobre a importância de que tais serviços que são prestados voluntariamente sejam fiscalizados. Maria Antonia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá na obra *A história breve das Misericórdias* e na *Revista de História da Sociedade e da cultura* citam: “Com a implantação do novo regime político, como o país não dispunha de meios para a criação de base de um novo sistema assistencial e, por outro lado, possuía uma rede bem disseminada de misericórdias, instituições arraigadas nos hábitos locais e dotadas de meios, a nova ordem constitucional considerou-as insubstituíveis, as pedras basulares do sistema nacional de beneficência que, por isso mesmo, não podia deixar entregues aos caprichos dos dirigentes locais. Aplicando a portaria de 27 de Setembro de 1835, que ordenara a fiscalização dos estabelecimentos de caridade e piedade para fazer cessar os escandalosos abusos, o decreto de 21 outubro de 1836 mandou inspeccionar a administração dos seus bens próprios e rendimentos e obrigou-os, sob pena de extinção, a submeter anualmente os orçamentos à autoridade administrativa. Nenhuma destas instituições poderia despender rendimento algum sem prévia autorização do Administrador Geral, mais tarde designado governador civil. As sobras (rendimento que não era gasto) eram canalizadas para os estabelecimentos de piedade e caridade que mais precisam, e que sejam de maior utilidade, para os salários dos professores do ensino primário e ainda, embora a lei geral o não explicitasse, para a construção de cemitérios”.

A escritora define com tristeza, por estar sendo transferida a responsabilidade do asilo das mãos das Irmãzinhas ao Estado.

Não me sofre o coração deixar sem comentários esta festa, em que se discursou largamente sobre a emancipação das consciências, sobre as vantagens da assistência laique sobre o grande progresso que os velhos e as velhas têm feito em tudo que respeita ao amor cívico, à liberdade do pensamento, à concepção voltairiana da existência, e outras coisas igualmente apropriadas ao ato que celebrava. Entre todas as instituições de caridade com que o catolicismo tem inundado o mundo, a das “Irmãzinhas dos pobres” é uma das mais modernas, talvez a mais moderna (Carvalho, 1912, p.230-323).

Este texto apresenta-nos duas personagens identificadas pelo lugar social de pobreza e miséria. Justifica-se pela presença da problemática do abandono e solidão. Esta semelhança apresenta o texto, pelo viés de definir a realidade pela impossibilidade das personagens. A primeira personagem é caracterizada pelo lugar onde vive, como humilde choupana, a sua vida como uma áspera tarefa, e a sua função social como uma pobre criada de servir.

A segunda personagem consiste em uma velhinha que vivia perto dela no abandono e na miséria, sem filhos, sem amigos, sem simpatia. A velhinha morava em um covil, porém, a criada humilde a trouxe para junto de si. O ato de caridade já remete ao ato de grandeza. A criada humilde traz para esta velhinha uma mudança de vida. Seu olhar para tamanha necessidade é despertado, mesmo esta velhinha não tendo nenhum tipo de parentesco com ela. No entanto, suas ações para com esta velhinha começam a desvelar-se em cuidado e preservação. Tal atitude representa para a personagem da criada um sacrifício sem recompensa. A criada passou a sua

mocidade a servir aos ricos os quais vieram a descansar, logo, se faz de novo a serva humilde e voluntária dos miseráveis.

É interessante observar que este lugar de serva é posto pela autora como um lugar de voluntariedade em que a tal se coloca. Não há um destino que impera, não há ligação desta criada com o serviço religioso rotulando-o como uma marca, embora tais atitudes acompanhem-na por toda sua vida, e sua perseverança chame a atenção da igreja católica.

Suas ações iniciam por lavar os olhos daquela pobre mulher: “Lavou aqueles olhos que já só viam a luz através de espesso véu” (Carvalho, 1912, p.230). A intenção caracteriza-se no ato de causar mudança. “Vestiu-a com seus fatos remendados aquele corpo andrajoso; deu alimento àquela boca desdentada e faminta em que o sorriso era uma visagem; matou a sede àquela pobre ser que deixavam ali morrer à míngua e ao abandono” (Carvalho, 1912, p.230). Toda essa bondade não é reconhecida pela personagem da velhinha. No entanto, o nível de entrega e solidariedade é sem reservas.

Segundo Cardoso (1917), a personalidade de Maria Amália Vaz de Carvalho é notável:

E nem por isso Maria Amália deixou nunca de ser a mais simples a mais bondosa a mais singela, a mais doce entre as mulheres portuguesas. Nos seus belos olhos luminosos, muitas vezes o fulgor do génio é embaciado pelas lágrimas que a dor humana nas suas ramificações infinitas lhe vai levar a cada passo tão intensa é a comunhão da tua alma com o sofrimento dos humildes dos desditos dos pequeninos (Cardoso, 1917,p.86).

A personagem da criada apropria-se de total interesse de afetar a vida da personagem velhinha ao ponto de não somente suprir as carências que a falta de

recurso financeiro pode acarretar, mas a melhoria das necessidades subjetivas. O lavar dos olhos foi à primeira iniciativa após levá-la para sua casa. O desejo que visse a possibilidade de esperança, de uma velhice melhor. Viver não somente à espera da morte.

Há um cuidado em criar uma nova realidade. Podemos sem esforço ver neste texto a figura de uma mulher que cria um novo mundo para esta velhinha. Trouxe para casa mais uma velhinha, depois outra e ainda outra. Sendo assim, já não cabiam mais na sua casa. Alugou outra casa. A sua fama espalhou-se pelas aldeias próximas. Este reconhecimento refletiu com grande força despertando ao ponto de ser homenageada pela Igreja Católica, que entende que a reunião dessas mulheres simples, representa uma mobilização para arrancar os milhares de vítimas esquecidas por todos. Assim, nasce a ordem “As irmãzinhas dos pobres”.

A origem de tal acontecimento inicia-se de modo individual, a partir de uma iniciativa própria que parece significar a necessidade de que tal atitude se transforme em um sujeito, que é canalizado para a memória. Esta atitude começa a criar um movimento de mobilização entre diferentes classes. Há mulheres do povo, há mulheres da burguesia rica, descendentes de feudais, aristocratas, cortesãos e marechais, pressupondo a existência de uma organização da sociedade.

A escritora atribui outra classe: a classe de sobre-humanas. Pessoas que tratavam, lavavam, alimentavam, entretinham idosos abandonados, os quais são vistos como escória, detrito de toda essa civilização moderna destruída. Destacando que tal avanço e estruturação desta nova sociedade que quanto mais se desenvolvia, maior quantidade de feridos apresentava, só criava um caminho para que tais continuamente fossem desamparados. O abandono a partir deste texto ganha maior

quantidade de adeptos equiparando com a forma com que o mundo avança em suas modernidades.

Os velhos que elas amam com o seu coração mais que divinamente maternal a quem se dedicam para quem pedem esmola pelas casas, pelos mercados, pelas tavernas, pelas alforjas, pelos palácios, pelas ruas vêm de todas as situações, de todas as misérias, de todas as lutas, de todas as degradações de todas as escalas de vícios (Carvalho, 1912, p.232.)

A condição destes velhinhos é retratada na crônica a partir de vários exemplos que pertencem a uma rotina característica do abandono.

Há entre eles figuras devastadas e em ruína [...] aqueles que os filhos abandonaram e roubaram os que tiveram família, posição social e acabaram vagabundos sem pão, sem teto, sem amparo. Outros são viciosos, que o alcoolismo marcou com sua garra demoníaca. Um dia, quando esperavam a morte à beira de um caminho solitário ou no desvão de uma escada ignóbil apareceu uma mulher com uma cruz no peito. Estendeu-lhes os braços. Levou-os devagarinho consigo. Deu-lhes um teto, deu-lhes um leito, deu-lhes pão, deu-lhes tabaco, às vezes um pouco de trabalho para os envaidecer. (Carvalho, 1912, p.233-234).

Há presença de dualidade na conceituação da imagem, era representada por a irmãzinha³⁶ e por estas mulheres. A autora alterna esta conceituação trazendo à tona no texto a discussão presente sobre quem realmente são essas mulheres, e as suas motivações, em realizar tal obra. Se “és identificada como a Irmãzinha, ela não tem asco, nem horror às misérias da velhice” (Carvalho, 1912, p.233). Entretanto, se for vista como mulher, ela tem “domínio de si e dos instintos mais invencíveis” (Carvalho, 1912, p.233). Maria Amália como doutrinadora da educação feminina

³⁶ Brandão, 1984, p.105.

assume também o papel de revelar, de fato, quem são essas irmãzinhas. Não poderia haver dúvida acerca de quem eram, e das suas intenções.

“Se, julgam que é esperança ilusória, o que importa?” (Carvalho, 1912, p.235). É certo que o resultado do trabalho na educação da mulher é caracterizado por regras. Da mesma forma as respostas de amor e caridade serão resultados com base na condição social. As Irmãs de caridade devem ser observadas pela produção e resultados das suas ações de bem que fazem a sociedade.

3.2 A Caridade: Analogia e Trânsitos.

Na obra *Cartas a Luísa* de Maria Amália Vaz de Carvalho, no capítulo X intitulado “*A Caridade*” destacam-se vários sentimentos, por exemplo, simpatia, admiração, solidariedade, generosidade, saudade e melancolia. Todos estes são apresentados no texto, pela analogia entre o amor patriótico dos portugueses exilados no Brasil que ficaram sem pátria, e o amor dos filhos que prematuramente tornaram-se órfãos de mães. Ocasionalmente, assim, trânsitos ou transferências, nomenclatura que denominamos para caracterizar o percurso na conceituação do elemento caridade neste texto acima citado.

Maria Amália Vaz de Carvalho descreve que o amor à pátria não é uma convenção ou um raciocínio, entretanto é caracterizado pelo amor irredutível que se manifesta completamente no ser humano que deixa a sua pátria. Sendo assim, traz para o texto ao afirmar: “Isto que sucede aos filhos que prematuramente ficaram órfãos de mães, sucede também aos exilados que nos dias alegres e otimistas ficaram

sem pátria” (Carvalho, 2008, p.52). Isto traça-nos um fio argumentativo que comprova a relação entre a educação feminina e a caridade. Desejamos provar com esta investigação que uma sociedade mais justa e fraterna tal qual Maria Amália desejava não deve ser retratada somente pelo viés da educação feminina em suas obras, mas, sobretudo pela sua preocupação com a condição social dos que sofrem. A escritora não deve ser estereotipada pelas suas regras e manuais, mas precisa ser conhecida pelo caráter social e caridoso.

Em descurar tal analogia a autora destaca que tais filhos constroem a figura representada por uma mãe doce, que por não a terem conhecido, reside no seu imaginário, supostamente como perfeita, pura, sem paixões, nem tampouco culpas: “Os filhos não sabem sequer que ela tem um defeito julgam-na perfeita como a divindade” (Carvalho, 2008, p.52).

A perspectiva de quem ainda reside na sua pátria é pessimista. Centra-se na necessidade da caridade que os exilados podem prestar, entretanto, por quem a perdeu; há um olhar, composto de admiração, enternecido pela memória saudosista que suscita a exaltação por tudo que faça parte da sua terra natal.

A caridade está sendo realmente, entre as paixões boas aquela que predomina no nosso tempo. Além de a caridade ser a absolvição dos erros cometidos. Gosta-se muito do ouro pelos gozos violentos que ele dá, mas também pelo puro gozo de partilhar com os desgraçados. Seja-nos absolvição de erros terríveis esta suave virtude chamada caridade (Carvalho, 2008, p.53).

Ainda acerca da noção de caridade transitória em seus conceitos, a autora neste momento muda também a nomenclatura para beneficência pública. Expressa o cuidado que tem em mencionar o termo caridade. Para tal afirmação retifica:

Há quem diga que ela, em vez de atenuar a miséria, a agrava e perpetua; há quem diga que ela é um estimulante para a preguiça do proletário; há quem diga que ela afrouxa o amor da família pela criação de asilos, e o amor do trabalho pela imprevidência, com que se substitui àqueles a quem competia criar novos elementos de produção, para satisfazer as necessidades que todos os dias mais crescem e avultam em torno de nós (Carvalho, 2008, p.53).

Segundo Maria Amália a beneficência pública organizada como está, tem gravíssimos defeitos orgânicos, tem pecados originais que acarretam consequências para aqueles a quem socorre. No entanto ao mesmo tempo em que tal reflexão vem à tona, uma indagação é posta em causa: “Mas qual instituição é perfeita? Mas qual é o problema social que foi resolvido de um modo absoluto?” (Carvalho, 2008, p.53).

Para a autora tantos paliativos estão em torno de nós, e torna-se impossível, não reconhecer o valor do benefício caritativo. Contudo, dialoga que tal importância é até considerada por ora como precursora da justiça, e é o mais doce ideal que os nossos olhos procuram.

Há uma desilusão com a chegada da modernidade em relação à perspectiva social que anseia.

Dos amplos céus, despovoados e silenciosos, tudo que o nosso coração amou, tudo que o nosso espírito, ávido de mistério e de luz criou de inefavelmente doce e de infinitamente grande, caiu em sinistra, medonha e trágica derrocada ao sopro gélido da moderna, da implacável ciência humana (Carvalho, 2008, p.53).

Contudo a autora conclui que a miséria é uma questão eterna. O sonho da liberdade, os mártires que surgiram, as conquistas e avanços da modernidade não

resolveram a questão. “A miséria ergue ainda no espaço ilimitado o seu vulto andrajoso e sombrio” (Carvalho, 2008, p.54).

O olhar de Maria Amália é para o futuro, embora, identificasse que o tempo para as mulheres já não vai bem. Estão a ser empurradas para as últimas fileiras sociais. Não tem no Estado ao lado do seu marido, o mínimo papel.

A democracia para mulher e a modernidade, não deslumbrava Maria Amália, pelo contrário, representava para a escritora um retrocesso para a vida social das mulheres. O modelo aristocrático era definido como ambiente que dá suporte ao papel da mulher. Nesta sociedade reina o espírito de rainha, de orgulho feminino, de ter na sociedade um lugar marcado, pela graça feminina³⁷. Na obra *Coisas D’Agora* a escritora afirma:

Consegue adoçar as asperezas da vida a tantos milhões de seres, e faz milagres de caridade--- Essa caridade bendita que teimam em mascarar com o feio nome altruísmo; enquanto ela inspira poetas e artistas e dramaturgos, e vai ouvir a voz dos sábios que se deliciam com a sua presença (Carvalho, 1912, p. 52).

Já não se caracteriza como a visionária que contempla e que se contentava com o misterioso e o vago, nem a entusiasta que deixou de ir atrás de falsos e aparentes triunfos. A identificação de quem é o inimigo da sociedade e quem realmente precisa combater fica nesta fase clara: “A miséria! Eis o inimigo!” (Carvalho, 2008, p.55).

É interessante que a autora expressa os questionamentos como se estivessem em um espelho as suas inquietudes. Pela forma como saltam do texto, percebe-se que

³⁷ Carvalho, 1912,p.51

perdeu o controle recatado e que precisa naquele momento perguntar o que realmente está martelando em sua mente:

Por que tantas angústias? Por que tantas privações? Que lei medonha é esta, que dá a uns todos os prazeres e que dá a outros todos os suplícios? Pois não haverá meio algum de descobrir uma nova fórmula que equilibre estes dois estados antinaturais? (Carvalho, 2008, p.55).

O questionamento da autora despeja o discurso do desabafo e do suplício.

Todavia, utiliza uma linguagem argumentativa contextualizando ambientes paradoxais que revelam a diversidade socioeconômica das sociedades que se estão formando.

Observa-se claramente um clamor de mudança e avanço para a sociedade nos textos da autora.

A característica marcante da autora é o rigor nas definições que a própria autora cria. Estabelece a condição para que a narrativa conduza a juízos de valor e deveres sociais. O texto cerca-se de elementos conflitantes para a emoção e sensação do leitor. Como se as perguntas permitissem ao leitor ausência de resposta, pois ela no próximo parágrafo já responderá. A conclusão do leitor é como se fosse instintiva, sendo a própria conclusão da autora.

Por outro lado, a convicção do discurso abarca elementos que não permitem dúvida da sua preocupação com a condição social. A genialidade que possui de descrever o que está ao seu redor, e desenvolver na crônica uma nova perspectiva pode configurar-se como utópica, no entanto, a convicção que transfere para o texto,

ultrapassa as limitações e impossibilidades. O discurso de Maria Amália aproxima o sonho do real de forma simples. A sua linguagem simples a torna tão profunda.

A linguagem argumentativa da escritora apropria-se de um discurso persuasivo, dentro de um processo narrativo de proteção das suas ideias. Além, de fornecer questionamentos que possibilitem um espaço de provocação pacífica.

A escrita de Maria Amália forma uma teoria pouco a pouco por um percurso em direção aos personagens que se afastam e aproximam da caridade, como se a sua visão fosse direcionada para que todos os pontos da sociedade remetesse para analogias educativas e sociais. Diante deste paralelo a sua escrita encontra-se munida de instrumentos de doutrinação e a sua perspectiva social é mudar mentalidades.

A partir da consciência de estar no mundo e da importância de descrevê-lo, observa o trânsito do momento, o qual coloca em causa nossas ambições, e cobiças. A escritora possui uma ousadia por desafiar não políticos, ou autoridades, ou tão pouco criar movimentos, porém, destaca a caridade no processo importante de trânsito da educação da mulher:

A caridade é uma válvula de segurança, é um dique oposto à insurreição, a invasão selvática e tremenda dessas hostes de bárbaros famintos, que do fundo das defuntas fábricas, que do antro das oficinas escuras, que das entranhas palpitanes e sinistras da mina asfixiadora, que dos campos áridos e desolados cuja negra terra estéril já não paga o suor humano, espreitam o rico com um olhar que têm o seu quê de satanicamente ameaçador! (Carvalho, 2008, p.55).

Destacando a passagem de um tempo e o início de outro. Houve um tempo onde os pobres eram pobres e os ricos eram ricos. A autora caracteriza este mundo como complexo e estranho. Entretanto, concorda fielmente com este pensamento.

A questão vai desencadeando uma inquietação pela ausência do mundo que era simples, e agora são os ricos que empobreceram. Metaforicamente ressalta que a definição do que é ser rico, já não se faz eficiente. O rico não se satisfaz, no entanto, o pobre com o pouco que possui já se considera rico. Para tal pensamento, é interessante o que destaca Lopes (2016), acerca do que os clérigos defendiam por volta do século XVII ao XIX destacando que os religiosos se deparam com a exaltação não só da pobreza, mas da pobreza de espírito. Tal pobreza interna consistia no desapego dos bens materiais, por não atribuir importância à riqueza terrena. Lopes afirma: “O pobre de espírito, é aquele que se eleva por que se libertou das materialidades, é um ser humano com uma vida interior muito rica. O pobre de espírito é afinal um rico de espírito” (Lopes, 2016, p.76).

“Duros Tempos” na obra *Coisas D’Agora* apresenta características acerca da vida privada e da vida em sociedade. De facto, as teorias triunfantes e as doutrinas filantrópicas tendiam a fazer ver ao homem que a vida humana é muito preciosa.

Maria Amália afirma: “Parecia que o século XX traria ao mundo uma nova fórmula de bondade e pacificação” (Carvalho, 1912, p. 8).

Posto isto, a ideia que se instala na mente da autora era a bondade como necessidade lógica e natural diante das matanças e guerras sem fim até ao ponto que os trabalhos dos filósofos e homens das ciências direcionassem para leis de justiça para todos, devido a concluir que os esforços contra doenças mortais, contra a miséria, guerras, ou a fome, acometem a todos. Resultado disto tenta compreender a pobreza como classificação da humanidade. Logo, como pudemos verificar, a temática do infanticídio e da caridade importa a Maria Amália, não unicamente como

objeto social de observação pertencente a um percurso literário, mas também como componentes essenciais da vida humana.

Começamos a partir da obra *Chronicas de Valentina* m uma tentativa de análise minuciosa, da compreensão acerca das causas do crime o “Infanticídio”, e a caridade como benfeitoria ao indivíduo que está à margem da sociedade, e denuncia-se como elemento central na vida quer seja da criança que é abandonada, quer seja da mulher, ou idoso.

Com o decorrer da sua produção literária, a autora vai somando ao foco da sua preocupação com a doutrinação feminina a perspectiva social, enquanto a educação, a moralização, a criação de liceus femininos, o ser uma boa dona de casa circundam todo ambiente literário das obras, e os conflitos com a modernidade despertavam o olhar para a perspectiva social. A educação feminina e a caridade em Maria Amália Vaz de Carvalho possibilitaram a análise crítica pelo viés do antagonismo que a escritora é comumente retratada, até o ponto de destacar a condição social de mulheres que praticam tais crimes como infanticídio e discutir a sensibilidade da autora em apresentar a caridade, como ferramenta para o equilíbrio da sociedade diante dos problemas sociais.

Conclusão

O trabalho *A Educação Feminina e a Caridade em Maria Amália Vaz de Carvalho - uma Perspectiva Social* - visa estimular, instigar e resgatar a importância da autora e de suas obras. Esta pesquisa partiu do desafio de perspectivar alguns lugares comuns na obra de Maria Amália Vaz de Carvalho que retratam o seu olhar social. Guardamos para este espaço certas observações que nos parecem importantes sobre a educação feminina e a caridade. Em *Cartas a Luísa* Maria Amália afirma:

Nas sucessivas civilizações que se foram desdobrando uma das outras, o homem era o ser superior, indiscutível, ante o que todas as vontades se inclinavam ao qual se subordinavam todos os atos. O chefe da família era o senhor absoluto cujas determinações justas ou tirânicas ninguém tratava de julgar. A mulher tinha então um papel tão duramente secundário, que só corrompendo os seus déspotas é que se pode libertar deles. Hoje o seu ideal é bem diferente. hoje a esfera de ação da mulher é bem mais ampla. A sua completa alforria é ela quem deve e quem pode conquistá-la como? Educando-se. [...] Com todas as noções positivas a pôr a nossa influência direta ou indireta ao serviço de todas as causas generosas a manter bem elevadas e bem altivas, nessa geral debandada das consciências, o estandarte do bem e do belo. (Carvalho, 1887, p.7).

Através da problemática de injustiças sociais na sociedade de sua época buscamos reavivar o interesse de leitores que estejam conscientes das transformações que vivemos na contemporaneidade e que estão alerta para a preservação humana dos que estão à margem da sociedade.

Com este trabalho, adotando uma perspectiva social da obra de Maria Amália Vaz de Carvalho, nosso intuito foi contribuir para revalorização dos que sofrem o abandono, a miséria, a violência doméstica, a orfandade e, os que têm a rua como o lar. Não descuramos que tradicionalmente a relevância e notoriedade da escritora

encontram-se na educação feminina e na sua doutrinação. No entanto, também caminhamos por essas leituras e consideramos em todo percurso da investigação e escrita este endosso. Além disso, concluímos que a representação da escrita literária de Maria Amália Vaz de Carvalho alcança um processo progressivo em suas fases.

Nos prólogos de suas obras, com demasiada frequência, se considera o alto grau da escritora, a paciência e a laboriosidade com que analisa os seus textos. Fica evidente quando lemos seus textos, o que principalmente caracteriza o seu processo de investigação, é a necessidade de explicar todas as coisas que ocorrem à sua volta. A amabilidade da sua escrita é uma forma de conduzir o leitor por toda uma crítica interpretativa. Ler sua obra é prazeroso.

Incorre numa junção de leitor/autor pelo fato da autora mergulhar na emoção que a obra sugere e deseja transmitir com sensibilidade o que entendeu.

Belline (1999), quando a conceitua como uma "escritora senhora" mantém o olhar no modelo doutrinário da educação feminina. Logo, este trabalho propôs analisar recortes na sua produção literária que dão destaques a problemas sociais. Como por exemplo, a iniciativa de participar da compilação da obra *Um Feixe de Pennas* que contribuiu para apoiar uma casa de acolhimento de crianças, o texto “Um Infanticídio”, “O hospital das Crianças e as Irmãs de caridade” e “As Irmãzinhas dos pobres” na obra *Coisas D’ Agora, Cartas à Luísa* e a obra *Mulheres e Crianças*.

Assim, verificamos, que tais discursos não estão somente nos domínios do ensaio crítico, da crônica, do relato, da escrita jornalística ou do conto, mas também nas entrelinhas das suas obras. Como Maria Amália foi uma combatente nas páginas da imprensa periódica e criadora de opinião pública feminina, o texto “Um Infanticídio” caracteriza uma análise social e luta pela dignificação da mulher

abandonada. Neste texto realça a sua condição de mãe, mulher, a visão da sociedade e uma autora indignada. A expressão do sentimento da autora na obra revela uma sensibilidade caridosa.

Maria Amália Vaz de Carvalho é uma escritora que rompeu barreiras literárias. Na obra aqui estudada Maria Amália trata a questão da mulher, que tenta matar seu filho no rio, e lança-o na linha de ferro do comboio, tal era vista somente pela perspectiva de punição, como se tais mulheres fossem os piores seres do mundo, mas a análise do texto desencadeia que Maria Amália vai trazer outra perspectiva. Que é a condição social das mulheres que praticavam tais crimes. Elas eram vistas como os piores seres da sociedade, não tinham valor nenhum, inferiores ao homem, e desprezadas por todos.

No entanto, concluímos que a mulher que está em condição de inferioridade, que é pobre, que já não tem sustento para ela, quanto mais para uma criança e chega ao momento e o marido ainda a abandona, a solução para ela, e na cabeça dela, era matar as crianças ou abandoná-las. Neste momento, a autora transfere o intento criminoso para o olhar social, ou panorama social que ela atravessava e que é tão bem retratado pela mesma. Nos levando a supor que estas atitudes têm origens entre outros aspectos, por exemplo, a falta de apoio familiar. É a perspectiva social das mulheres vista através de um todo.

Maria Amália em decorrência da análise social, vista pela caridade apresenta um conflito interno acerca da transformação moderna da mesma. Incubando nas mentes pensantes dos seus leitores a análise acerca da caridade como uma benfeitoria ao próximo marginalizado que apresenta necessidades vitais para sua sobrevivência, na qual, a prestação de um serviço não seja visto pelo viés religioso

obrigatoriamente, entretanto, seja um estímulo para o equilíbrio social através de conceituar que o serviço da irmã de caridade é superior ao da enfermeira venal.

Assim como afirma Saldanha (1859)³⁸:

O estado atual da sociedade, a sua crescente desmoralização, recomendam muito conservar os institutos monásticos, e não menos os do sexo feminino, onde a virtude ameaçada ou perseguida achará salvamento, e onde as futuras mães de família poderão ser educadas para uma renovação social. [...] A educação de tantos outros desvalidos orphãos entregues às irmãs da caridade foi um verdadeiro benefício para eles, que não tem visto refletir em si, menos amor, cuidado, e desvelo, durante uma injusta perseguição. (Saldanha,1859,p.6).

Saldanha, ao citar Santo Agostinho, diz: "A caridade é também ama; a caridade é também mãe" (Saldanha, 1859, p.6). Reiteramos que há uma compreensão desconfortável acerca da forma como os ricos exercem a caridade, como um meio de "gozo" e "distração".

De qualquer modo, a autora defende que é melhor assim, do que não exercerem a caridade. Em contrapartida, os filósofos e humanitários defendem a justiça distributiva onde a necessidade de caridade não existe. No entanto, Maria Amália acredita que esta visão é uma utopia, "a igualdade é um paradoxo impossível" (Carvalho, 1890, p.314-315). A autora vê a Caridade como a "divina e santa redemptora de tudo o que o homem tem de mau ou de perverso" (Carvalho, 1890, p.316) e um dos elementos de conservação da sociedade. Ela vê a caridade

³⁸ Saldanha, D.António do Santíssimo Sacramento Thomás de Almeida e Silva. Em relação à emancipação da humanidade está diretamente ligada a conservação de valores internos que a vista de Maria Amália, tais valores são encontrados nas irmãs de caridade em contrapartida não são encontrados na enfermeira por modo de vida.

não apenas em forma de bens materiais, mas também através da partilha da “palavra indulgente”, do “perdão”, da atitude de cuidado com o que sofre³⁹.

Concluimos que a questão da transformação da caridade para autora, não precisa ser discutida quanto uma necessidade de compreender se as irmãs de caridade que possuem a verdade ou os filósofos, mas sim a sua imparcialidade crítica traz à tona a conclusão que tudo isto será substituído, pois não serão crenças individuais que definirão a emancipação humana, todavia a palavra humanidade necessitará ser desenvolvida em solidariedade humana⁴⁰.

Dentro da análise desta perspectiva da caridade como solidariedade, Maria Amália descreve o hospital de crianças sobre o olhar das mães que têm filhos que sofrem de doenças, afirmando que “quem não viu sofrer uma criança ignora o mais requintado, talvez, dos suplícios com que o destino *favorece* o pobre coração das mulheres” (Carvalho, 1890, p.316).

No entanto, na perspectiva de Maria Amália, para as crianças com mãe o sofrimento é amenizado através dos mimos, dos brinquedos, ou seja, as crianças com

³⁹ Carvalho, 1890, 315-316.

⁴⁰ Castro, 1867, p.14-15. “A ti, selvagem, a cujas árvores e montanhas, a cujos rios e florestas, a cujas solidões e desertos, todo homem que os contemplou, e não é de pedra, ficou devendo logo as melhores sensações de sua alma, os mais formosos hinos do seu coração, e os mais petulantes e os mais soberbos atrevimentos do seu espírito! A ti universo monstruoso de monstruosas formosuras! A ti, finalmente, onde até os *corcovados* são adamastores, e gotas de água se chamam as catadupas e às cataratas! Mas este é o selvagem físico, meus senhores! E aqui há um outro selvagem muito maior, e muito mais estupendo do que este! É o amor! É a caridade, filha do amor! É o selvagem moral que ainda sobrepuja aquele! É esta caridade que aqui levanta todos os dias novos hospitais e novos asilos, sem ninguém atinar com o segredo destes milagres, vendo-a apenas, como selvagem que é, nua por lhe não caber o corpo em vestidura alguma, e com os braços levantados e estendidos, como os da cruz de Jesus Cristo, apontando sempre para dois infinitos, e fazendo docel de um e de outro lado, aos seus inúmeros filhos; porque ela, selvagem em tudo, é também selvagem na maternidade, e também por isso mais bela sempre!”

o recurso mãe⁴¹ percebem este tempo como sendo o tempo em que experimentaram mais cuidados. Por outro lado, as crianças que não têm mãe podem também ter o seu sofrimento aliviado através do papel das irmãs de caridade.

Maria Amália afirma: “não há figura mais doce, mais sympáthica e mais querida que a irmã de caridade” (Carvalho, 1890, p. 320), defendendo, assim, as irmãs de caridade face à enfermeira venal.

Os críticos dizem que a origem de todo o sacrifício das irmãs de caridade é um “egoísmo supremo” (Carvalho, 1890, p.320-321). Maria Amália mesmo aceitando este pensamento, considera que o fundamento de toda a ação humana baseia-se no egoísmo, e, nesse sentido, vê o egoísmo das irmãs de caridade como “o mais adorável”, já que inspira sacrifícios indescritíveis sem interesse material.

Deste modo, compara a finalidade moral que leva a irmã de caridade a exercer todo o seu trabalho, com o amor ao lucro da enfermeira venal, concluindo, assim, que “basta esta diferença fundamental para cavar entre as duas um abismo profundo” (Carvalho, 1890, p.323).

A escritora caminha na narrativa e depara-se com a conclusão que o seu maior anseio é a redenção da humanidade. Tal redenção consiste no progresso da humanidade e o amor ao próximo é o alvo. De modo nenhum aborta sua admiração

⁴¹Brandão, 1984, p.107. É interessante observar a forma que Raul Brandão aborda em sua obra sobre as crianças que não possuem mães associando com o papel desempenhado pelas irmãs de caridade. citam: “ Só andorinhas cortavam em cima o céu; mais uma vez que em março vieram ,fatigadas e chilreando,fazer ninho no beiral,as religiosas deixaram –lhos abaixo. Destruí-los por quê? Os restos, farrapos de penugem quente,ternos dirieis ,andaram por muito tempo no claustro. Passaram de mão em mão com alvoroço. Algumas das asiladas cismaram, olhando-os: as mais pequeninas brincavam com eles. Uma disse : É um berço ... Destruí-los porque? Para que não soubéssemos que as aves têm mães e cuidam dos filhos ? Para que não tivéssemos saudades das nossas que não conhecéssemos? Para que ignorássemos ?...Mas que candura a das irmãs se era por isto! Nós pressentimos ,adivinhamos tudo aquilo e quando uma das mais pequeninas explicou as que faziam roda: - É o berço dos passarinhos... – quantas de nós já tinham cismado num berço assim agasalhado e fofo!...

pelas irmãs de caridade, pois a autora é uma mulher pensante. Apropria-se de opiniões, conceitos, e ideias.

Bibliografia

Obras de Maria Amália Vaz de Carvalho:

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1880. Arabescos – Notas e Perfis. Editor: David Corazzi (Empreza Horas Romanticas).

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1886. *Cartas a Luísa*. (Moral, Educação e Costumes). Porto: Barros & Filha Ed.

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1890. *Chronicas de Valentina. Com uma carta de Ramalho Ortigão*. Lisboa: Editores: Tavares Cardoso & Irmão 5 - Largo do Camões - 6.

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1890. “O Hospital das Creanças e As Irmãs de Caridade” in *Chronicas de Valentina. Com uma carta de Ramalho Ortigão*, 313-326. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão 5 - Largo do Camões - 6.

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1890. “Um Infanticídio” in *Chronicas de Valentina. Com uma carta de Ramalho Ortigão*, 257-270. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão 5 - Largo do Camões - 6.

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1891. *Cartas a Uma Noiva*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1901. *A Arte de Viver na Sociedade*. Ed: Antonio Maria Pereira 3º edição. Lisboa: Livraria Editora.

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1912. *Coisas D’Agora*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira.

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1912. “As Irmãzinhas dos Pobres” in *Coisas D’Agora*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira.

Carvalho, Maria Amália Vaz de. 1938. *Mulheres e Crianças (Notas sobre Educação e Costumes)*. 4ª edição. Porto: Empresa Literária e Tipografia editora.

Outros:

Belline, Ana Helena Cizotto. 1999. “Dossiê: Literatura Feminina/ Júlia Lopes de Almeida e Maria Amália Vaz de Carvalho – Vozes femininas?” in *Artigo de revista digital Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, nº2, 4. <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/48732/52805>. Acessado em 3 de Maio de 2019.

Bragotto, Denise. 1994. *Programa experimental para o desenvolvimento da expressão poética em adolescentes*. Dissertação de mestrado - Psicologia. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Brandão, Raul. 1984. *Os Pobres*. Lisboa: Editorial Comunicação.

Brandão, Raul, 1984. *Os Operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.

Caldeira, Maria de Fátima. 2004. *Assistência Infantil em Lisboa na 1ª República*. Lisboa: Caleidoscópio.

Cardoso, Nuno Catarino. 1917. *Poetisas Portuguesas. Antologia contendo dados bibliográficos e biográficos acerca de cento e seis poetisas*. Lisboa: Livraria Scientifica. Disponível em: <https://archive.org/details/poetisasportugue00carduoft/page/n4>. Acessado em : 28 de Maio de 2019.

Castro, Vieira. 1867. *Discurso sobre a caridade*. Recitado aos 26 de Janeiro de 1867 no salão do teatro lyrico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: TYP Perseverança.

Coelho, Eduardo Prado. 1972. *A Palavra Sobre a Palavra*. Porto: Portucalense.

Dourado, Autran. 2000. *Uma Vida em Segredo*. Rio de Janeiro: Rocco.

Ferreira, Evandro Affonso. 2012. *O Mendigo Que Sabia de Cor os Adágios de Erasmo de Rotterdam*. Rio de Janeiro: Record.

Febvre, Lucien. 1976. *Martinho Lutero: um destino*. Amadora: Bertrand.

Ferraz, Maria de Lourdes A. 1987. *A ironia romântica. Estudo de um Processo comunicativo*. Lisboa: Imprensa Nacional da casa da Moeda.

Ferraz, 1987. *A ironia romântica. Estudo de um Processo comunicativo*. Lisboa: Imprensa Nacional da casa da Moeda.

Filho, Luciano Mendes de Faria. 2003. “Instrução Elementar no século XIX.” in *500 anos de escola no Brasil*. São Paulo: Autêntica. Disponível em : <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/2SF/Lia/Instru%E7%E3o%20elementar%20no%20s%E9culo%20XIX.pdf>.

Flores, Conceição; Duarte, Constância Lima; Moreira, Zenóbia Collares. 2009. *Dicionário de Escritoras Portuguesas Das origens à atualidade*. Ed: Mulheres.

Guimarães, Luiz. 1885. “Berço Vazio” In *Um Feixe de Penas*, 5-6. Lisboa: Tipografia Castro Irmão – Rua da Cruz de Pau 33.

Laranjo, José Frederico. 1885. “A Caridade e a Solidariedade Social” in *Um Feixe de Penas*, 111-117. Lisboa: Tipografia Castro Irmão – Rua da Cruz de Pau 33.

Lima, Danielle Ventura Bandeira de & Cavalcanti, Carlos André Macedo. 2009. “Silêncio e Penitência nas casas de caridade: O Papel Educador do Padre Ibiapina.” in *Anais do II Encontro nacional do GT História das Religiões e das*

Religiosidades – Revista Brasileira de História das Religiões, Vol. 1, nº3. Maringá. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/silencio_e_penitencia.pdf. Acessado em : 6 de Maio de 2019.

Lima, Danielle Ventura Bandeira de. 2009. *A Caridade Segundo Ibiapina: história e imaginário na casa de Santa Fé*. Dissertação de Mestrado em Ciências das religiões. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo8/submissao_14711226465391472992658087.pdf. Acessado em : 28 de Abril de 2019.

Louro, Guacira Lopes. 2011. “Mulheres em Sala de Aula.” in *A concepção de educação da mulher nas casas de caridade fundadas pelo Padre Ibiapina (1860-1883)*. Trabalho de conclusão de licenciatura em pedagogia. Rio Grande do Norte: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/19022210/Mulheres-na-Sala-de-Aula> In: Silva e Dutra, Acessado em: 24 de fevereiro de 2018.

Lopes, Maria Antonia. 1988. *Notas para o Estudo do Papel Social da Mãe: Representações e Normas no Theatro de Manoel de Figueiredo*. In *Revista Portuguesa de História* 24, Universidade de Coimbra. Disponível em : https://www.academia.edu/5881689/_notas_para_o_estudo_do_papel_social_da_mãe_representações_e_normas_no_theatro_de_manoel_de_figueiredo_Revista_Portuguesa_de_História_24_Coimbra_1988_pp._67-95. Acessado em : 9 de Maio de 2019.

Lopes, Maria Antónia. 2016. *Os Pobres, os ricos e a caridade na literatura religiosa portuguesa dos séculos XVII, XVIII E XIX*. In: *Erasmio: Revista de História Bajomedieval Y Moderna*, Universidade de Coimbra. Disponível em : https://www.academia.edu/26546422/Lopes_Maria_Antonia.os_pobres_os_ricos_e_a_caridade_na_literatura_religiosa_portuguesa_dos_séculos_xvii_xviii_e_xix_2016 . Acessado em : 25 de Junho de 2018.

Martins, Ernesto Candeias. 1997. “O Retrato histórico Educativo da Criança Abandonada: Monarquia Constitucional e 1ª República” in *Infantia et puerita: Introdução à história da infância em Portugal*, 151-159. Lisboa.

Muller, Andrea Correa Paraíso. 2012. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary / Andréa Correa Paraíso Müller*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em:

repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270048/1/Muller_AndreaCorreaParaiso_D.pdf.
Acessado em : 27 de Fevereiro de 2018.

Mota, Carlos Guilherme, 1941. *A revolução Francesa 1789-1799*. 2 Ed. São Paulo. Perspectiva. 2007.

Paulino, Joana Catarina Vieira. 2014. “Os Expostos em Números. Uma análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)” in *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, 185-215. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

Penteado, Pedro. 1995. “Confrarias Portuguesas da Época Moderna: Problemas, resultados e tendências de investigação” in *Lusitania Sacra*, nº7, 2ª série:15-52. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa.

Pintassilgo, Joaquim & Mogarro, Maria João. 2013. “Educação da mulher” In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, 1083-1087. Lisboa: Assembleia da República.
<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29420/1/Educação%20da%20mulher.pdf>.
Acessado em : 20 de Fevereiro de 2019.

Pinto, José Milton. 1971. In: *Análise estrutural da narrativa*. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, Rio de Janeiro. Brasil, p.21.

Reis, Bianca Santos Coutinho dos. 2012. *Cérebros e Corações. A ficção de maria Amália Vaz de Carvalho no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.bdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4005.
Acessado em : 10 de Agosto de 2018.

Roldão, Maria Helena. 2013. *A Mulher (Porto, 1879)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em : <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/AMulher.pdf>. Acessado em : 9 de Abril de 2019.

Sá, Isabel Guimarães. 1992. *Abandono de crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das Fontes Jurídicas*.

Sá, Isabel dos Guimarães. 1997. *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Saldanha, António do Santíssimo Sacramento Thomás de Almeida e Silva. 1859. *Os Orphãos das Últimas Epidemias Em Lisboa e as Irmãs da Caridade*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, Amaro Carvalho da. 1997. *Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho*. Edição: Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, Maria Iêda Araújo da & Dutra, Maria da Conceição Farias da Silva Gurgel. 2011. *A concepção de educação da mulher nas casas de caridade fundadas pelo Padre Ibiapina (1860-1883)*. Trabalho de conclusão de licenciatura em pedagogia. Rio Grande do Norte: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo8/submissao_14711226465391472992658087.pdf. Acessado em : 20 de Fevereiro de 2019.

Silva, Magnólia Gibson C. da & Carvalho, Cláudio Sousa de. 2009. "Ibiapina: o educador visionário." in *Revista Brasileira de História das Religiões*, Vol. 1, n°3, 1-27. Maringá/PR. http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/Ibiapina_o_educador_visionario. Acessado em: 27 de Fevereiro de 2019.

Soares, Teixeira. 1961. *O Marquês de Pombal: a lição do passado e a lição do presente*. Rio de Janeiro: Alba Limitada.

Vaquinhas, Irene. 2011. *"Senhoras e Mulheres" na Sociedade Portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri.

Vaquinhas, Irene & Guimarães, Maria Alice. 2011. "Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa." in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea, 194-221*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Woolf, Stuart. 1997. "Prefácio" in *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Yves, Bertrand. 2001. *Teorias Contemporâneas da Educação*. 2ª edição. Montreal: Editora Nouvelles - Instituto Piaget.

----. 1998. *Nova Bíblia dos Capuchinhos – versão dos textos originais*. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica.

----. 1985. *A Bíblia de Jerusalém - Nova edição, revista*. São Paulo: Edições Paulinas.